



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III · No. 28 · 2a. QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1992 · Cr\$300

Abaixo o entendimento nacional ! Romper o bloqueio da burocracia sindical ao movimento operário !

Por em pé o movimento nacional de massas por:

- Salário Mínimo Real (420 mil) com escala móvel de salário
- Estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem redução de salário)
- Unir empregados e desempregados num movimento único contra as demissões
 - Contra as privatizações - defender o estatismo com controle operário
 - Não pagar a dívida externa e expulsar o imperialismo
 - Em defesa das ocupações de terra no campo e na cidade
 - Preparar a greve geral por tempo indeterminado
- Organizar os comandos de luta por local de trabalho e em cada bairro

Por abaixo o governo pró-imperialista de Collor ! Por um Governo Operário e Camponês

**Construir o movimento nacional
contra o desemprego e a carestia**

**O acordo com o FMI
impõe recessão,
desemprego e arrocho
salarial**

Páginas 3 e 5

**Em defesa da unidade
da luta dos aposentados
com os trabalhadores
da ativa**

Páginas 7 e 8

**A LIT revisa o
Programa de Transição**

Página 11

Em defesa de Cuba

Página 16

**A URSS deixou de ser
um Estado Operário ?**

Página 18

O Estado e a Revolução - 1a. parte A essência do marxismo

Em "O Estado e a Revolução", Lênin resgata princípios fundamentais do marxismo, entre eles a essência do marxismo, a revolução proletária, hoje renegada por praticamente toda a esquerda.

Nos primeiros capítulos, Lênin mostra, citando Engels, que o Estado "é um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se". Para Lênin, "o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes". Os reformistas e os ideólogos da burguesia pregam incessantemente que o Estado é o órgão de conciliação de classes. Para Marx, "O Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra, é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes".

A democracia pequeno-burguesa, o reformismo, não são capazes de compreender que o Estado seja "o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com sua classe adversária".

A conclusão do conceito marxista de Estado é o mais importante: "se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade "afastando-se cada vez mais da sociedade", é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, "se afasta da sociedade".

Essa é a essência do marxismo, negada pelas correntes reformistas, que julgam ser possível transformar o Estado burguês "democratizando-o". Com base nessa idéia (que como vimos tem sua origem no interior da classe exploradora), dão importância estratégica aos processos eleitorais. Algumas correntes, como a Convergência Socialista, chegam ao ponto de afirmarem que a eleição de Lula por exemplo poderia abrir caminho para a revolução socialista.

Vejamos como Lênin coloca essa questão: É preciso notar, ainda, que Engels definiu o sufrágio universal (as eleições) de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia". Lênin critica os democratas pequeno-burgueses, que "partilham e fazem o povo partilhar da falsa concepção de que o sufrágio universal é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores".

"A república democrática é a melhor casca possível do capitalismo " "Nenhuma mudança de pessoas, instituição ou partido, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar esse poder", explica Lênin.

A defesa da revolução proletária é a defesa da luta para acabar com a exploração de classe. Sem destruir o Estado burguês não será possível acabar com a exploração do trabalho. A negação da revolução e a adesão ao democratismo é o abandono da luta pela emancipação dos trabalhadores em favor de manter a dominação da burguesia. É o que fazem as correntes de esquerda, que se debandaram para o democratismo.

ATUALIDADE DO MANIFESTO COMUNISTA (3.PARTE)

A CLASSE OPERÁRIA COMO DIRIGENTE DA REVOLUÇÃO

O Manifesto demonstra que a burguesia é fruto das transformações do sistema econômico feudal para a forma capitalista, ou seja, o sistema de exploração do trabalho. Diz: "A burguesia moderna, como vemos, é por si mesma fruto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e troca". Ao se formar como classe possuidora dos meios de produção (máquinas, fábricas) e exploradora da força de trabalho alheia, formou também a classe operária.

Analisando as contradições da forma de produção e distribuição capitalista, Marx e Engels descobriram o choque irreconciliável entre as forças produtivas coletivizadas e a apropriação privada da produção, que leva a grandes crises industriais e comerciais, como as que estamos vivendo com a recessão, quebras, desemprego em massa. Sob essa base objetiva das contradições econômicas, se assentam as duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Assim o Manifesto concluirá: "Mas a burguesia não forjou somente as armas que devem dar-lhe morte; produziu também os homens que empunham essas armas: os operários modernos, os proletários". Encontramos aqui a íntima relação entre as contradições objetivas do sistema de exploração do trabalho e a luta de classes do proletariado contra a burguesia.

As crises estruturais do capitalismo expressam a brutal exploração das massas e o parasitismo da classe capitalista. "Na mesma proporção em que se desenvolve a burguesia, isto é, o capital, desenvolvendo também o proletariado, a classe dos operários modernos, que não vivem senão na condição de encontrar trabalho, e o encontram unicamente enquanto seu trabalho acrescenta o capital". Assim como a burguesia é fruto de um longo processo de revolução econômica, também o é o proletariado: "Pequenos industriais, pequenos comerciantes e rentistas, artesãos e camponeses, toda escala inferior das classes médias de outro

tempo, caem nas filas do proletariado (...). Desta forma, "o proletariado passa por diferentes etapas de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com seu surgimento".

O que caracteriza o proletariado é a posição chave que ocupa, no modo de produção capitalista, o que o distingue das demais classes e camadas de explorados e o coloca diretamente em choque com a burguesia. O Manifesto concluirá que: "de todas as classes que hoje se enfrentam com a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária." A pequena burguesia do campo e da cidade são conservadoras por se limitarem aos interesses ligados à propriedade privada, porém está obrigada a se colocar sob a direção do proletariado, nestas circunstâncias passa a jogar um papel revolucionário.

O Manifesto mostrará que a classe operária não aspira a propriedade privada e é internacional (não tem pátria). "Todas as classes que no passado lograram tornar-se dominantes tratavam de consolidar a situação adquirida submetendo a toda sociedade às condições de seu modo de apropriação. Os operários não podem conquistar as forças produtivas sociais, senão abolindo seu próprio modo de apropriação em vigor, e, portanto, todo modo de apropriação existente até nossos dias". Em outras palavras, o proletariado por sua posição estratégica no sistema de exploração do trabalho é a classe capaz de destruí-lo, transformando a forma privada da propriedade dos meios de produção em forma social coletiva.

Os reformistas, como os do PT, rejeitam a tese marxista do proletariado como a classe dirigente da revolução, destinado a emancipar a sociedade de toda forma de exploração e opressão, porque expressam a política da burguesia, na versão pequeno-burguesa. E todos os teóricos e ideólogos atuais que defendem que a revolução tecnológica modificou o caráter do proletariado não passam de far-santes a soldo dos capitalistas.

RESPONDER A OPRESSÃO NACIONAL COM A LUTA ANTIIMPERIALISTA E ANTICAPITALISTA

A aprovação do acordo entre o Brasil e o FMI já era esperada. A carta de intenções, que define os objetivos de recessão e entrega nacional pelo governo, foi fixada em dezembro pelo próprio diretor gerente do FMI, quando de sua viagem ao Brasil. Mas a aprovação do acordo, que implicou na liberação de empréstimos no valor de US\$ 238 milhões, chegou a ser adiada por uma semana, em função da falta de definição em relação ao pagamento dos 147% aos aposentados. O FMI entendeu que o pagamento do reajuste comprometeria o objetivo de obter um superávit de cerca de 2% do PIB nas contas do governo em 92. E exigiu que Collor tomasse alguma medida para suspender o pagamento do reajuste, o que foi feito com um decreto que jogou para 93 a questão.

Mesmo com a suspensão dos 147%, diversos diretores do FMI mostraram-se insatisfeitos com a aprovação do acordo. Primeiro, criticaram a viagem do diretor gerente do FMI ao Brasil e seu apoio público feito em Washington à carta de intenções, porque praticamente garantiu a aprovação do acordo, independentemente das posições de outros integrantes da diretoria. Segundo, porque, conforme criticou o representante do Japão, Kiroo Fukui, o acordo é extremamente gradualista, "tímido" nos cortes dos gastos públicos e, principalmente, depende dos acordos a serem feitos no Congresso, em pleno ano eleitoral.

O que os japoneses e europeus criticaram é que o acordo acabou sendo uma imposição dos Estados Unidos aos outros países integrantes do FMI: David Mulford, subsecretário do Tesouro dos EUA foi o mais entusiástico defensor da aprovação do acordo. Quanto às dificuldades no Congresso e na implementação das medidas, produto de divisão interburguesa, Camdessus afirmou que compartilha com as preocupações dos outros integrantes do FMI, mas garantiu que voltou de

Brasília convencido do compromisso de Collor e de todos os líderes partidários (com quem discutiu em dezembro) de que haveria empenho na aplicação da política econômica. Enquanto os japoneses preferiram ver primeiro a aprovação do plano no Congresso antes de liberar qualquer novo empréstimo, Camdessus e Mulford, conhecedores do ascenso da divisão interburguesa, preferiram utilizar a liberação do empréstimo via acordo como mais um elemento de pressão junto ao governo e os partidos. E, caso não sejam cumpridos a cada trimestre os compromissos fixados, o Fundo poderá pressionar o governo a tomar "medidas preventivas e corretivas necessárias" (Estadão - 01/02/92). Os US\$ 58 milhões retidos da primeira parcela do empréstimo como "reserva técnica" entram como seguro e ponto de barganha.

O fechamento do acordo abriu canais de negociação do Brasil com outros credores, por exemplo o Clube de Paris. Para esse grupo, o Brasil deve cerca de US\$ 20 bilhões, e os bancos exigem o pagamento de pelo menos 30% dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados, da mesma forma que o governo brasileiro se comprometeu com os bancos privados. No próximo dia 24, será examinada a proposta de renegociação brasileira, que vai depender do Brasil pagar pelo menos esses US\$ 2,4 bilhões.

A aplicação da receita imperialista agravará a miséria, a recessão e a opressão nacional. A promessa de manter a economia nacional com crescimento ZERO em 92 manterá e aprofundará a recessão, que vai significar mais desemprego e arrocho salarial. A manutenção das taxas de juros elevadas e o crescimento da especulação manterão índices elevados de inflação, que corrói ainda mais os salários. As privatizações aumentarão a opressão sobre o país, o desemprego e a especulação (vide matéria neste jor-

nal). A abertura da economia ao capital estrangeiro destruirá setores inteiros da produção (veja o que está acontecendo com o setores têxtil e plásticos-químicos). A política de contenção dos gastos públicos significará mais miséria aos aposentados, piora nos serviços de saúde e educação, demissões de funcionários e privatização dos serviços essenciais (Previdência, Saúde, Educação) dos quais a grande maioria ficará excluída.

A defesa da sobrevivência de toda uma parcela das massas está em jogo. Para lutar conseqüentemente contra as demissões, privatizações, arrocho salarial, destruição da previdência, etc. é preciso lutar contra a opressão nacional, contra o governo entreguista, contra o imperialismo.

Para isso, cabe construir a Frente Revolucionária Antiimperialista, que levante a maioria nacional, sob direção do proletariado, para expulsar o imperialismo através da ação direta, sob as bandeiras que podem unificar as lutas dos trabalhadores empregados e desempregados do campo e da cidade, aposentados e da ativa:

- SALÁRIO MÍNIMO REAL COM ESCALA MÓVEL;
- CONTRA O DESEMPREGO E A CARESTIA;
- EM DEFESA DAS ESTATAIS PELA EXPULSÃO DO IMPERIALISMO;
- PELA NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA;
- TERRA E TETO PARA TODOS OS TRABALHADORES;
- GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO;
- PÔR ABAIXO O GOVERNO PRÓ-IMPERIALISTA DE COLLOR!
- POR UM GOVERNO OPE- RÁRIO E CAMPONES.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO
PROLETARIADO**

Caixa Postal No. 01171 - CEP 01057 - São Paulo

Cresce o movimento contra o desemprego e a carestia

Alguns bairros operários de Diadema realizaram nos dias 8 e 9 de fevereiro reuniões para a formação dos comitês. A reunião da Vila Socialista foi precedida de mutirão, no bairro Serraria, se colocou a importância dos comitês de luta nos e a necessidade da unidade com o movimento fabril.

As reuniões tiveram como eixo central a convocação e a preparação do ato contra o desemprego e a carestia, que ocorrerá no dia 21/2 em Diadema. Foi destacada a importância de procurar os sindicatos e as correntes políticas de esquerda que se reivindicam do movimento operário para o engajamento na luta. Ao mesmo tempo, foi feito um relato sobre o descaso de algumas direções sindicais com esse movimento.

A ampliação do movimento e a construção dos comitês nos bairros, escolas, sindicatos e fábricas dependerão da compreensão da principal tarefa que está

colocada, ou seja a unificação nacional dos trabalhadores contra a política de fome imposta pelo governo Collor. Trata-se de romper com o corporativismo das lutas e indicar o caminho da unidade dos operários da ativa com os desempregados e aposentados. Portanto, não há outra alternativa senão rechaçar a política colaboracionista das direções sindicais, que se expressam na defesa do entendimento nacional (pacto social) e defender a ação direta.

Por isso, a formação dos comitês contra a carestia e o desemprego deverão nascer e se reproduzir sob a bandeira da independência de classe. Nesse sentido, também deverão se opor ao eleitoralismo demagógico presentes nesse momento em que as eleições se avizinham.

É com esse caráter que chamamos a formação dos comitês e o ato contra a carestia e o desemprego. Vamos unir nacionalmente as massas trabalhadoras para pôr abaixo o governo Collor.

PROSEGUEM NEGOCIAÇÕES SOBRE ENTENDIMENTO

No último dia 27.01, na sede da FIESP, estiveram reunidos o governador Fleury, o presidente da FIESP, Mário Amato, Paul Singer, que representou a prefeita Luiza Erundina, Luiz Antônio de Medeiros da Força Sindical, Canindé Pegado da CGT, e Gilmar Carneiro (secretário da CUT) entre outros. O objetivo da reunião é a busca do "entendimento", como é chamado, para "amenizar os efeitos da recessão".

Foi formada uma comissão técnica para estudar alternativas ao aprofundamento da recessão, sob coordenação de Fleury. A coordenação não é formal: segundo Gilmar Carneiro sua própria participação se deve ao fato de ter sido "convidado pelo governador Fleury e por ter confirmado a participação da prefeitura". "Fleury será o avalista e coordenador do processo", disse (Gazeta Mercantil, 28.01.92).

Quais são os objetivos dessas reuniões? Como esperar que FIESP, Fleury e os partidos burgueses façam alguma coisa contra a recessão? As indústrias da FIESP estão batendo recordes de demissões mês após mês. Têm reduzido a produção e aumentado os preços para manter os lucros. Aplaudiram o acordo com o FMI que aprofundará a recessão. Fleury é o autor da proposta de demissões de funcionários públicos federais, contida no Emendão. Tem privatizado (ou melhor destruído) as estatais paulistas, através

da entrega de seus serviços a grupos privados. Está destruindo a Saúde e a Educação em São Paulo. Seu partido (juntamente com os outros) aprovou o aumento de impostos exigido pelo FMI e garantiram ao diretor gerente do Fundo em dezembro a aprovação do acordo no Congresso. Não, não serão esses que levarão a luta contra os efeitos da recessão. O que pretendem é arrastar a CUT e os sindicatos para um acordo que contenha a luta de classes e assegure um mínimo de estabilidade ao governo Collor em crise. Não é à toa que o ponto central da proposta de Mário Amato seja o compromisso em não fazer greves. Esses abutres ainda pretendem utilizar as negociações para pressionar o governo para cobrar-lhes menos impostos, enquanto os assalariados já estão pagando mais, com o seu aval no Congresso.

E Gilmar Carneiro o que pretende aí? Para ele, "as empresas precisam provar se existem ou não condições de manter o emprego. Para isso, é preciso abrir suas contas para os trabalhadores", afirmou. Ora, para esse burocrata, se as empresas provarem que não têm condições econômicas, então que promovam as famigeradas "demissões voluntárias". A burocracia procura o entendimento como alternativa para se opor ao levante das massas contra o governo e o regime; colocadas em movimento, as massas superariam a

burocracia e colocariam em risco o "regime democrático", tão querido aos reformistas. Por outro lado, os reformistas pretendem preparar o terreno para futuras eleições presidenciais de 94. Pretendem ir construindo suas alianças com setores da burguesia na linha de obtenção de "hegemonia" nas instituições democráticas, no rumo do governo democrático e popular.

De um lado, objetivam preservar seus interesses de casta; de outro, avançar na busca de "espaços" no interior do Estado. Para isso, não hesitam em bloquear a ação das massas por sua sobrevivência.

É preciso lutar contra a política de bloqueio da direção da CUT (Articulação), política de conciliação de classes, que permitirá à burguesia e ao imperialismo atacarem ainda mais as massas. A crítica da política conciliadora se traduz na defesa da independência de classes, ou seja, na defesa da luta das massas contra a burguesia e o imperialismo, por suas reivindicações mais sentidas.

Só se pode falar conseqüentemente em independência de classe, em classismo, se se defende as reivindicações das massas, se se luta contra a conciliação e se se põe a organizar as massas para a ação direta (greves, ocupações, etc).

A recessão destrói a economia, aumenta o desemprego e arrocha ainda mais os salários

Os efeitos da recessão causados pela crise mundial capitalista e aprofundados pela política econômica do governo Collor estão destruindo a economia nacional, fazendo-a retroceder a níveis de mais de 10 anos atrás. A atividade industrial em dezembro de 91 era de cerca de 68,5% da capacidade instalada. Quer dizer que as indústrias estão produzindo em média apenas dois terços do que poderiam produzir. Se levarmos em conta que em fevereiro de 91 esse número era de 66,9%, quando produzimos o mesmo que a média de 1978, veremos que em 13 anos a produção subiu pouco mais de 2%, ou seja, praticamente nada. Se em 10 anos não crescemos quase nada, nos dois anos de Collor a economia tem retrocedido. Só em 1991, o número de falências chegou a 6783, com 218 concordadas. Em janeiro passado, quebrou-se o recorde de falências (702), que é 48,70% superior a de janeiro de 91 e 0,14% maior que em dezembro/91. As concordatas, que eram em número de 24 em janeiro de 91 passaram para 56 em dezembro e 36 em janeiro de 92.

Collor se comprometeu com o Fundo Monetário Internacional a não permitir que a economia brasileira cresça em 92. A tendência é de que não apenas não cresça, mas retroceda ainda mais.

A recessão e o desemprego

Nos últimos doze meses, o número de empregos caiu 7,07%, ou seja, há hoje 129.343 vagas a menos do que há um ano atrás. Só em janeiro, esse número caiu 0,96% (16.526 empregos a menos). Na terceira semana de janeiro, o nível de emprego caiu 3,31% no setor plástico, 2,65% no de couros e peles, 2,33% na borracha, 0,98% no de tintas e vernizes e 0,63% no farmacêutico. Isto em uma única semana.

O interior de São Paulo, considerado a região mais promissora do país também sofre com a recessão. O setor de construção civil de Campinas registrou mil demissões em janeiro. De 89 para cá, o número total de empregados caiu de 52 mil para pouco mais de 40 mil. Em Franca, a queda de 16,5% no faturamento de calçados só nos últimos três meses levou à demissão de mais de 7 mil trabalhadores. No ABC, a Brastemp prossegue demitindo (mais 96 demissões em 24/1). A Phillips ameaça demitir 640 dos 900

funcionários. Na Zona Franca de Manaus, nos primeiros dias deste ano, foram 9 mil os metalúrgicos demitidos.

A recessão imposta pelo imperialismo vai colocando na rua milhões de operários, por todo o país.

A recessão e os salários

No governo Collor, os salários foram corroídos em média 28,5%. O que significa que para recuperar as perdas só de 90/91 teria que haver uma reposição média imediata e real (acima da inflação de 40%). No comércio, a queda foi de 31,2%, na indústria 25,7%, nos serviços 23,5% e na construção civil 22,6%.

Os capitalistas se aproveitam do desemprego crescente para oferecerem salários cada vez menores. Pagam qualquer miséria e aumentam o número de trabalhadores sem carteira assinada.

A destruição da economia nacional interessa ao imperialismo. O mercado mundial está saturado. Quer dizer que a capacidade produtiva instalada, que daria para satisfazer plenamente as necessidades da população mundial, é muito superior à capacidade de consumo de um mundo com 1 bilhão de pessoas passando fome. Para o grande capital internacional, as fronteiras de seus países não são mais suficientes para abarcar sua produção, assim se voltam a pressionar os países atrasados como o nosso para que abram suas portas para seus

produtos. É o processo de recolonização em marcha. Suas consequências são a destruição de parte da economia nacional, desemprego e miséria para milhões.

A luta pela sobrevivência torna-se imperativa. As reivindicações mínimas como salário mínimo real, escala móvel de reajuste e emprego a todos se chocam com os capitalistas e seu governo. Eles são o ponto de partida para o levante nacional da maioria oprimida contra os exploradores internos e externos. Lançam-se a fundo contra a ofensiva burguesa e abrem caminho para o desenvolvimento da luta antiimperialista e anticapitalista.

Mais de mil demissões por dia em São Paulo

O Departamento de Estatística da FIESP divulgou dados que apontam tendências de aceleração do número de dispensas para os próximos meses. Somente no mês de janeiro foram 22.158 dispensas na indústria o que mostra um número superior a 1.000 demissões/dia, considerados apenas os dias úteis do mês de janeiro (Diário Popular - 04/02).

Os empresários tentam mascarar a situação alegando que as empresas já estão operando com o mínimo possível de empregados.

Celso Hahnes, diretor do departamento de economia da FIESP, chega ao extremo de afirmar que o acordo com o FMI vai possibilitar um incremento na contratação de mão-de-obra. Finge ignorar, que a carta de intenções apresentada por Marcelo Marques Moreira, prevê mais recessão e aprofundamento do desemprego, pois determina o crescimento ZERO da economia em 92, e corte nos investimentos públicos.

Afirma também que os planos de obras de Fleury e Erundina abrirão a perspectiva de novas fontes de emprego. Novamente, omite que estas atividades não são relacionadas à produção industrial, e estarão condicionados aos cortes de verbas a serem repassadas pela União aos Estados e Municípios, contida no Emendão.

Outra mentira deslavada do Sr. Hahnes é que o acordo com o FMI é uma luz no fim do túnel. É necessário explicar ao Sr. Hahnes que "luz no fim do túnel" conseguida de um acordo com o FMI, só pode significar um trem em sentido contrário que vai atropelar e destruir a economia nacional.

A política de quebra da economia e defesa dos pressupostos reacionários do FMI pelo governo demonstram bem a impotência da burguesia nacional e o papel cumprido por seus políticos vendilhões. O proletariado deve se contrapor aos mercenários do país levantando a bandeira da unidade nacional contra o imperialismo e os lacaios nacionais.

Collor demite para privatizar

O governo começa a preparar as estatais para entregá-las aos capitalistas já "enxutas". A Companhia Vale do Rio Doce reduziu o seu quadro de pessoal de 23 mil funcionários em 1990 para 18 mil no início deste ano, e já aponta para novas demissões e estímulo às aposentadorias voluntárias. Por outro lado, produzirá mais 5 toneladas de ouro, e 80 mil toneladas de alumínio. Quando for privatizada, estará explorando ainda mais seus trabalhadores, o que os capitalistas chamam de melhor "produtividade".

A Petrobrás, em processo de privatização através da venda de eurobônus, reduziu em 11 mil o seu número de funcionários em 1990. A CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) reduziu seu quadro de 23,7 mil em 04/90 para 17 mil no início deste ano. A Telesp reduziu em 8,5 mil o número de seu efetivo no último trimestre de 91. A Celma demitiu 25% de seus funcionários antes de privatizar.

O governo pretende aumentar a produtividade (e portanto, a lucratividade) das estatais para melhorar sua imagem aos olhos dos compradores estrangeiros, e efetuar já todos os "ajustes" (demissões, etc), sob supervisão do imperialismo (a empresa americana Booz, Allen está "supervisionando" a "modernização" da Petrobrás) para entregá-las no máximo de sua capacidade produtiva e para evitar o desgaste que certamente haveria se os "ajustes" (demissões, etc) fossem feitos após a privatização.

O governo pretende obter resultados como o da Usiminas. Nela não houve, após a privatização, demissões significativas. Empréstimos que são vetados às estatais, como o do FINAME,

por exemplo, agora são concedidos facilmente. Já foram liberados US\$ 75 milhões pelo FINAME e US\$ 26 milhões pelo Banco do Brasil. Antes da privatização a Usiminas já dava lucros elevados; agora o governo subsidia a empresa para que esta possa encher ainda mais de lucros os bolsos dos japoneses, que controlam a siderúrgica (51,5% do capital votante pertence à Nippon Steel em consórcio com investidores nacionais).

A privatização das estatais é uma exigência dos credores externos (imperialismo). Com a impossibilidade do Brasil pagar a dívida, e com sua crescente desvalorização (cada dólar da dívida brasileira vale hoje cerca de 30 centavos de dólar) o capital financeiro exige que o governo entregue as estatais. Com as privatizações, o imperialismo compra as empresas que são elementos chaves da economia (siderurgia, exploração e comércio de petróleo, energia, comunicações, etc) a preços reduzidos (a Usiminas foi vendida por um décimo de seu valor real, e prova disso foi a elevação em várias vezes de suas ações em 2 meses) e pagam com papéis que não valem nada.

A defesa do estatismo faz parte da luta contra a opressão

nacional. Sabemos que a burguesia e o governo são incapazes de se erguer contra o imperialismo. Por isso, para ter consequência, a defesa do estatismo deve ter um conteúdo anti-burguês, anti-capitalista.

O método de luta contra as privatizações não pode apontar para as instituições burguesas falidas: parlamento, justiça, etc. Só um movimento nacional, apoiado nas ocupações das estatais para impor o controle operário, e na unidade do movimento operário a nível nacional, poderá opor-se consequentemente ao imperialismo e ao governo submisso.

A privatização de Fleury

Para atender a exigência do FMI em agilizar a privatização das estatais, será seguido pelo governo federal o exemplo do governo de São Paulo.

Fleury não vai vender as estatais paulistas. Vai desmontá-las a ponto de extingui-las. A proposta é de "permitir que as novas obras de infra-estrutura sejam exploradas pelo setor privado (...pois mais importante é privatizar o que vem pela frente. Privatizar o que já existe é irrelevante" (Diário Popular - 04/02). Assim, as obras de saneamento básico, telecomunicações, saúde, obras viárias, etc, serão entregues a empresas privadas. Não serão a Sabesp, Telesp, etc que realizarão essas obras. Com isso Fleury pretende ir passando progressivamente o controle desses serviços ao capital privado, de modo que não se coloque a discussão da privatização das estatais paulistas, o que poderia gerar muita polêmica.

Além disso, o projeto não coloca qualquer restrição para o capital estrangeiro e a empresa francesa Lyonnaise de Eaux, investirá em obras de saneamento no estado de São Paulo.

A participação do capital nacional na exploração de obras de infra-estrutura se dará através de licitações (concorrências públicas) o que significa dizer que os ganhadores das concorrências, sejam empresas nacionais ou multinacionais, assumirão os setores sem leilões, escândalos, etc.

Esta forma espúria de privatizar proposta pelo PMDB objetiva auxiliar o governo entreguista de Collor a implementar as decisões do FMI sem protestos da parte da burguesia que se beneficia das estatais, sem escândalos financeiros como os da Telebrás e da Embraer (Vide matéria neste jornal), que já estão sob controle privado sem ter ido a leilão.

E ainda pretendem que Fleury seja avalista do entendimento nacional contra a recessão. Como pode alguém que ajuda o FMI a entregar a economia nacional tomar alguma medida que contrarie os planos econômicos do mesmo? Só mesmo na cabeça do Sr. Gilmar Carneiro, secretário da CUT...

NOVAS PRIVATIZAÇÕES

A Cia. Siderúrgica de Tubarão (CST) será entregue aos japoneses da Kawasaki Steel e aos italianos da Ilva. As mesmas terão direito de preferência sobre as ações e em conjunto, ficarão com 40% do capital votante.

A Goiásfertil (subsidiária da Petrofertil, do grupo Petrobrás), será vendida em 25 de fevereiro pelos mesmo Cr\$ 26 bilhões fixados em 16 de dezembro. A inflação do período é de mais de 55%, que deixou a estatal ainda mais barata.

O imperialismo pressiona e o governo atende e entrega cada vez mais estatais. Ocupemos as fábricas contra o entreguismo miserável de Collor.

**POR EM PÉ A FRENTE REVOLUCIONÁRIA
ANTIIMPERIALISTA**

NÃO A PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA POR UM SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA ESTATAL SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES

O governo vem utilizando a polêmica ao redor dos 147% para obter o apoio à proposta de privatização da previdência.

Para intensificar a campanha em torno da falência da previdência e de repassá-la ao setor privado, além das denúncias em torno das fraudes e desvios de verbas, foi à TV afirmar que há rombo na Previdência e não superávit, como informou o relatório do TCU, e que, se for pago o reajuste de 147,06% aos aposentados, esse rombo será ampliado mais ainda para CR\$ 13 trilhões. Aproveitou também para enfatizar a má administração e a falta de controle, como no caso da Dataprev, que vem fornecer dados errôneos sobre o verdadeiro orçamento da previdência, estimado inicialmente em CR\$ 11 trilhões de déficit, caindo para CR\$ 8 trilhões, subindo em seguida para CR\$ 9 trilhões, CR\$ 10 trilhões, chegando hoje a CR\$ 13 trilhões, isso depois de ter mostrado um superávit de CR\$ 4,2 trilhões.

Nesse prazo de 3 meses necessários para o TCU apurar os novos dados fornecidos pela Dataprev, o governo ao reafirmar o déficit pretende sensibilizar o Congresso, no sentido de obter o apoio à privatização de alguns setores da previdência, como o de acidentes de trabalho (onde existem mais fraudes), responsabilizando-se com os benefícios de até 5 salários mínimos, deixando o restante a cargo da iniciativa privada, ou mesmo, conseguir a aprovação do projeto que acaba com a aposentadoria por tempo de serviço.

Não será preciso conchamar por muito tempo, pois a maioria dos partidos é favorável à privatização da previdência como solução a sua "falência" fraudulenta. O próprio PMDB, que vem dirigindo o setor de oposição parlamentar, afina-se com as propostas do governo, propondo alguns remendos que não alteram o caráter privatista, como por exemplo que o Estado se responsabilize pelos benefícios até 10 salários mínimos, e garanta a aposentadoria para os que já tem, etc.

A privatização da previdência é um projeto antigo de setores da burguesia, que se aproveitam agora da linha de desestatização de Collor. A falência fraudulenta da instituição estatal não vem de hoje. A burocracia e os sucessivos governos, bem como os próprios capitalistas sonegadores, saquearam a previdência. A justificativa da impossibilidade de conter a corrupção é uma farsa para os capitalistas utilizarem a previdência como fonte de negócios e lucros, que sem dúvida reforçarão a miséria dos aposentados e dos assalariados que dependem do sistema médico já dilacerado. A classe operária deve se mobilizar a fundo contra a política privatizante do governo, ocupando as instalações, saindo às ruas e levantando a bandeira do estatismo antiimperialista. Pelo fim do sistema privado previdenciário já existente e pela previdência estatal única, sob o controle das organizações operárias.

Os 147% depende da unidade dos aposentados com os trabalhadores da ativa

A polêmica em torno dos 147,06% de reajuste aos aposentados continua.

Enquanto os aposentados de Brasília e dos metalúrgicos de São Paulo aguardam a decisão do STF, os aposentados de São Paulo e Rio de Janeiro, que já tinham ganho os 147,06%, começaram a receber os benefícios de janeiro sem esse reajuste.

O ministro da previdência, Stephanes, suspendeu os 147,06% em SP e no RJ, alegando falta de verbas na previdência e que enquanto não vier a decisão final do STF sobre o decreto 430 de adiamento do pagamento do reajuste para 1993, essa suspensão vale também para os outros estados

que ganharam a liminar. O próprio ministro Mailson da Nóbrega, afirma que, mesmo sendo barrado no Congresso o decreto 430, não pagará os 147,06% por falta de verbas.

A suspensão do pagamento dos 147,06% aos aposentados não se deu por falta de verbas como afirmou o ministro, e sim da necessidade de cumprir o acordo com o FMI fechado recentemente, onde não está incluso no orçamento de 92 essa verba para os aposentados. A falta de verbas alegada é apenas desculpa, pois está previsto um gasto só com incentivos fiscais às empresas privadas de US\$ 7,7 bilhões, isto é, valor que daria para cobrir o rombo do INSS duas vezes.

O governo para fazer valer o acordo com os credores internacionais vem driblando os aposentados com as batalhas judiciais intermináveis. O TCU que havia apresentado um relatório apontando um superávit na Previdência, diante dos novos dados fornecidos pela Dataprev apontando um déficit de CR\$ 11,71 trilhões, recuou e afirma que levará mais 3 meses para averiguar os dados e fazer a auditoria.

Enquanto isso, nesse prazo, o governo prepara a discussão no Congresso, através da reforma ministerial, para obter o apoio do adiamento do pagamento para 93 e até da aprovação do projeto cancelando a aposentadoria por tempo de serviço.

Fica demonstrado que enquanto a luta dos aposentados estiver dividida nos estados e estiver dirigida a pressionar os organismos burgueses, no âmbito da batalha judicial, os aposentados não terão garantia de atendimento de suas reais necessidades.

Diante de um governo comprometido com os exploradores internacionais e nacionais, somente a unidade de todos os oprimidos do país com os trabalhadores da ativa poderá pôr fim a essa política entreguista.

É preciso exigir que os sindicatos se engajem nessa luta, organizando os trabalhadores da ativa por suas reivindicações elementares como salário mínimo do DIEESE, escala móvel, etc e preparar um movimento nacional de todos os trabalhadores contra o governo entreguista e o imperialismo, em defesa da aposentadoria por tempo de serviço, defendendo o reajuste da aposentadoria pela escala móvel.

Governo propõe acabar com a aposentadoria por tempo de serviço

Não satisfeito com o Decreto 430, adiando o pagamento dos 147,06% aos aposentados para 1993, para resolver o impasse definitivamente, o governo apresentará um projeto ao Congresso acabando com a aposentadoria por tempo de serviço. Propõe a aposentadoria por idade - aos 65 anos para homens e 60 anos para mulheres, um novo sistema a ser implantado a partir de 1993.

Segundo o ministro do Trabalho e Previdência Social, Reinhold Stephanes, "não existe nenhum país do mundo a não ser o Brasil, onde a pessoa começa a trabalhar aos 15 anos e veste o pijama com 50 anos". Ele suspeita que a expectativa de vida do brasileiro varia entre 70 e 75 anos, isto é, o trabalhador contribui 35 anos com a Previdência para receber pensão durante 20 anos.

Até os dados do Banco Mundial negam tamanho absurdo. Segundo relatório do ano passado, o tempo de vida de um brasileiro é de 66 anos. Nos países de economia mais avançada, EUA, França, etc, a média de vida varia de 70 a 75 anos, mas não é o caso dos países da América Latina. Mas o essencial é que os trabalhadores passam uma vida entregando suas energias para os capitalistas, que os exploram até as últimas possibilidades.

O governo ao lançar essa proposta o fez no sentido de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, pois com a média de vida de 66 anos, o trabalhador terá aposentadoria apenas por um ano, caso não morra antes.

Essa proposta de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço já foi apresentada pelo governo em março de 91 através do Emendão, e que está sendo resgatada novamente devido ao acordo fechado com o FMI de redução dos gastos públicos.

Possivelmente, de início, esse projeto ficará entravado no Congresso, dado que é um ano eleitoral e de há que mexer na Constituição. Mas depois das eleições, todos os partidos burgueses se curvarão frente à pressão do FMI.

O aumento do tempo de trabalho objetiva aumentar a taxa de exploração da maioria assalariada. Esta é uma exigência do grande capital internacional e nacional, que procura resolver sua crise incrementando a extração de mais-valia (trabalho não pago).

Para manter a aposentadoria por tempo de serviço, que é uma conquista histórica dos trabalhadores, é preciso incluir essa reivindicação na luta dos oprimidos por salário, teto, etc, dirigida contra o imperialismo e seu governo entreguista.

A inflação tende a subir

O aumento sistemático das tarifas públicas e o poder dos monopólios mantêm a alta inflacionária. A meta de chegar em dezembro com um índice mensal de 2%, firmada no acordo com o FMI, mostra-se inviável: só as tarifas públicas subirão 15% acima da inflação este ano. E a recessão (queda da produção) e aumento da especulação levam os monopólios a elevarem brutalmente os preços, para manter os lucros mesmo com a queda na produção.

Em 91, já foi assim que se passou: para um inflação de 458,64% no ano, as tarifas de luz, água, esgoto e telefone subiram em média 590,53% (131,89 pontos acima da inflação). Os monopólios foram mais longe: cigarros e bebidas subiram 635,34%. Limpeza: 497,92%. Alimentos industrializados: 520,20%. Telecomunicações: 516,61%. Os automóveis subiram mais de 300 pontos acima da inflação e os transportes coletivos têm aumentado sempre mais que a inflação. Os planos do governo de conter a inflação somente através da recessão (redução da procura) e das taxas elevadas de juros estão mostrando-se totalmente incapazes de sequer estabilizar a inflação. Com a queda nas vendas, os monopólios simplesmente elevam os preços e resolvem seu problema.

O agravamento da recessão (imposta pela crise mundial e pelas imposições do acordo com o FMI) levará a uma queda ainda maior na produção, que fatalmente implicará em reajustes de preços para compensar. O aumento da especulação financeira também pressionará os preços.

Este quadro demonstra que a política neo-liberal (pró-imperialista) de Collor conduz à desintegração do país e a um ataque violento às condições de vida das massas. A política econômica da burguesia não pode visar ao desenvolvimento das forças produtivas e sim à sua retração. Já não temos apenas a explosão inflacionária que expropria parte dos salários, mas também destruição de milhões de empregos. E a alta dos custos dos alimentos têm atingido em cheio a maioria dos trabalhadores. Os reformistas e burocratas sindicais respondem a isso com a proposta de união dos assalariados com os capitalistas. Essa via é de continuidade da política de opressão social. A verdadeira resposta está em colocar os sindicatos e a CUT a serviço de uma grande mobilização nacional, baseada em comitês de luta, contra o governo antipopular e pelas reivindicações das massas. O caminho é o da greve geral organizada em todos os locais de trabalho.

AUMENTA A ESPECULAÇÃO NAS BOLSAS

Em dois meses, cerca de 4 bilhões de dólares ingressaram no país. Este volume de dinheiro corresponde a 70% da base monetária e está dando trabalho ao BC (Banco Central). O fluxo de dólares é produto do fechamento acelerado de câmbio de exportação e fluxo de capital estrangeiro, que agora pode investir livremente nas bolsas e adquirir ações das estatais que estão sendo privatizadas.

A valorização sistêmica das ações das estatais na Bolsa de Valores de São Paulo confirma o dito acima. Por exemplo, no dia 27.01, as ações mais negociadas foram Telebrás, Cemig, Light, Cesp Paulista de Força e Luz, Petrobrás e Vale do Rio Doce.

A especulação na Bolsa pressiona os índices de inflação. Os empresários tomam os lucros nas aplicações financeiras como

referência para suas taxas de lucro na produção, e aumentam os preços. O dólar ficou estacionado vários dias, situação que não pode permanecer sob pena de dificultar as metas de exportação, o que quer dizer que o governo estimulará sua elevação.

A tendência colocada é a ampliação da especulação: nos próximos meses serão privatizadas várias estatais, na sua maioria estão subvalorizadas. A valorização de

suas ações é algo certo. Quanto mais dólares entram no mercado, maior a especulação na Bolsa. E maior a pressão sobre a inflação.

A recolonização do país, posta em marcha pelo governo a mando do imperialismo, não consegue avançar para a solução da crise. Antes a aprofunda. Não há saída para a crise sem acabar com a opressão nacional e de classe.

Fórum da cidade do Recife

Rechaçar a colaboração de classe

O lançamento do Fórum da cidade de Recife, com a presença da prefeita Erundina, concretiza a resolução do I Congresso do PT de construir uma ampla aliança com os chamados partidos progressistas, que na realidade representam a oposição burguesa. O maior problema do PT está em que aderiram à coligação eleitoral apenas o PSDB, PCB e PV. A missão de Erundina no acontecimento era de utilizar da influência política da maior cidade do país, que governa, para obter a ampliação da frente eleitoral. Os maiores representantes da oposição burguesa estão no PMDB (Jarbas Vasconcelos) e PDT (Arraes). Por sua política de colaboração com os partidos burgueses, o PT objetiva ser o instrumento de unificação das forças pró-capitalistas divididas em torno das oligarquias regionais, de interesses particulares de setores do capital e do jogo fisiológico típico das relações políticas da burguesia.

O PT não admite que Arraes e Jarbas Vasconcelos estejam separados na disputa pelo poder municipal, quando deveriam estar no campo da esquerda contra a direita burguesa, representada pelo PFL, PDS, PRN, etc. Colocando-se numa posição reacionária de unificar uma ala dos partidos capitalistas, o PT

se utiliza do velho argumento estalinista de derrotar a direita. O seu progressismo estaria em delimitar no interior da política estatal duas alas, a direita e a esquerda eleitorais burguesas.

O lançamento do Fórum é considerado a grande inovação petista por ser "um instrumento de ruptura com o personalismo da política pernambucana" (Diário de Pernambuco, 24/1/92). Logo vemos que o PT se arvora em ser um instrumento de modernização da política burguesa, ou seja, fator de quebra das formas oligárquicas e caciquistas, que marcam a luta interburguesa em toda a história do Brasil. Esta visão pequeno burguesa é cega para o fato de que na realidade, o PT não faz outra coisa senão se submeter ao Estado e à luta intestina que se dá no interior da burguesia oligárquica semicolonial, reforçando a continuidade do regime de exploração e opressão das massas.

A estratégia democratizante do governo democrático e popular do PT e seu rechaço à luta revolucionária do proletariado o colocam diretamente dependente do Estado capitalista e da influência da oposição burguesa, que de progressistas não tem nada, basta que observemos sua submissão à linha antinacional de Collor. Os petistas não são

sérios nas suas caracterizações, pois deveriam demonstrar onde está o progressismo dos populistas e nacionalistas, que sequer são capazes de responder à brutal desnacionalização da economia e ataque às condições de vida dos assalariados.

A razão disso está em que acobertam o conteúdo de classe dos partidos com o linguajar eleitoralista de "forças progressistas" e de "direita". Ao fazerem isso, estão obrigados a capitular frente às pressões circunstancialmente democratizantes de um setor dos exploradores. E capitulam frente à idéia de que a burguesia nacional, representada por um setor ligado ao mercado interno, possa jogar um papel independente do imperialismo. Assim, praticam a mais desavergonhada e corrupta política eleitoral burguesa.

Combater esta falsificação petista de progressismo é fundamental para a independência de classe do proletariado e do conjunto dos assalariados. É nosso dever denunciar o fato de que a política de unidade de um setor burgues contra outro para disputar o Estado é reacionária, pois, fortalece o poder dos exploradores contra as massas.

O esquerdismo eleitoral

A Convergência Socialista e o grupo Movimento Socialista Revolucionário (MSR) denunciaram o fato do Fórum proposto ser de colaboração de classe. Tanto na plenária de lançamento dos pré-candidatos do PT quanto no ato de inauguração do Fórum defenderam a saída do PSDB. Em seu manifesto, propõem um Fórum sem os partidos burgueses, apenas composto pela CUT, sindicatos, PCB, PC do B, PV, PT. Consideram que esta medida asseguraria a independência de classe e a estratégia de conquista de um governo dos trabalhadores.

primeira vista, parece uma posição correta frente ao colaboracionismo da Articulação, Nova Esquerda, etc, porém apenas formalmente, uma vez que o problema não se restringe apenas à unidade ou não do PT com os partidos burgueses. Os esquerdistas não ousam denunciar o eleitoralismo petista e a estratégia do governo democrático e popular. Imaginam poder defender com as mesmas armas da demagogia eleitoral a independência de classe.

São incapazes de utilizar revolucionariamente a tática eleitoral para combater as ilusões democráticas disseminadas pela burguesia e seus agentes entre as massas. Ao contrário, alimentam a idéia da possibilidade de um governo dos trabalhadores no interior do regime capitalista e desprezam a essência da política de independência de classe, que é defender junto às massas a via da revolução violenta. A contradição entre estas duas vias os coloca na posição do democratismo pequeno burguês radical, completamente impotente frente à estratégia petista de unir em torno de si os partidos burgueses democratizantes.

Isso explica porque no I Congresso foram incapazes de defender a estratégia da ditadura proletária frente aos ata-

ques da reação. O democratismo pequeno-burguês radical se caracteriza pelo desprezo da estratégia da tomada do poder (ditadura proletária) e pelas proposições esquerdistas das possibilidades eleitorais. O exemplo de defesa do Fórum sem os partidos burgueses e não de sua destruição como organismo do frentismo eleitoral é uma expressão prática do esquerdismo democratizante. Ao contrário, há que se dizer claramente que o Fórum é um instrumento superestrutural, criado para as eleições e pelas cúpulas partidárias.

Os esquerdistas, tal como os direitistas do PT, se negam o tempo todo a trabalhar por formar organismos de luta direta das massas e são avessos ao frentismo revolucionário, que conduz choque dos explorados diretamente contra a burguesia e seu Estado.

Atravessamos uma situação de ataque às condições de vida das massas e ofensiva do imperialismo sem precedentes na história recente do país, e, no entanto, os esquerdistas desconhecem a necessidade de se organizar a frente revolucionária antiimperialista e de se enfileirarem em defesa da campanha nacional de massa. Assim, a defesa que fazem do Fórum sem burguesia não passa de uma variante da política democrático-eleitoral, que é o que de fato separa a esquerda da direita petista.

Os militantes revolucionários devem começar por rechaçar ambas posições e se delimitar do democratismo eleitoral. A T POR lançou no Recife um manifesto que poderá aglutinar os melhores elementos da vanguarda na resistência contra o eleitoralismo direitista e esquerdista, e em defesa de uma linha de luta de classe e ação de massa. Trata-se de traduzir a fundo junto às massas do país inteiro.

AS ALIANÇAS DO PT

O PT busca estabelecer nesse ano uma ampla aliança com os partidos burgueses chamados "progressistas". Seu objetivo é ir preparando o terreno para as eleições presidenciais de 1994. Conforme José Dirceu, da direção executiva nacional, "A discussão das alianças para as próximas eleições deve passar pela análise de 94, não é restritiva. O que nós pretendemos é criar um bloco de esquerda para fazer oposição ao governo Collor".

Segundo Dirceu, quatro pontos são essenciais para as alianças:

1) oposição ao Governo Federal 2) aceitação dos princípios básicos do modo petista de governar 3) apresentação de um programa político alternativo para o Brasil 4) a manutenção da luta contra a corrupção.

Para o dirigente petista podem ser incluídos nesses requisitos o PSB, PPS (ex PCB), PCdoB, PC, PV e PSDB, mas excluir o PMDB. Condição para uma aliança com o PDT à definição diante do governo Collor, hoje "dúbia", segundo Dirceu.

Nesse sentido, o PT fará uma manifestação contra a recessão no dia 15 de março, segundo aniversário de posse de Collor, que deve contar com o apoio de outros partidos e várias entidades. O objetivo, certamente claro, é ajudar na formação do chamado "bloco de esquerda".

O PT aponta como solução para os problemas do país a eleição de Lula em 94. De imediato, busca apenas preparar as alianças com os partidos burgueses. E pretende utilizar a situação desesperadora dos trabalhadores (desemprego, baixíssimos salários) para arregimentar votos. Para isso, se une aos partidos cúmplices de Collor na implementação dos planos antinacionais e antipopulares ditados pelo imperialismo (FMI).

Enquanto mil trabalhadores são demitidos todos os dias e o salário mínimo não paga nem a condução de um mês, o PT se resume a caçar votos para as eleições, unir setores da burguesia contra outros e a sustentar Collor até o final de seu mandato. Esse é o partido que traiu as aspirações da classe trabalhadora.

Quanto custa o voto?

Uma pesquisa feita por especialistas e apresentada na Folha de São Paulo de 26/01, mostra que cada voto para as próximas eleições custará entre 15 e 20 dólares (21 e 26 mil cruzeiros). Para um candidato ser eleito em São Paulo, sua campanha poderá chegar a custar US\$ 30 milhões (Cr\$ 39 bilhões de cruzeiros).

Um programa de TV custa US\$ 1,1 milhão, mas se for uma campanha rica pode custar até US\$ 7 milhões. Cada pesquisa eleitoral custa de US\$ 6 a 16 mil. Um roteiro de outdoor (grandes cartazes de rua) custa US\$ 700 mil, no mínimo. Uma música (jingle) custa entre US\$ 7 e 15 mil.

Como se vê, é o poder econômico que determina o resultado das eleições. E quem quer que seja eleito ficará com o "rabo preso" com quem financiou a campanha. É assim que a burguesia acaba controlando o processo eleitoral: quem tem mais dinheiro tem a maioria dos votos.

As eleições são um campo próprio de disputa da burguesia. Nelas as diversas frações burguesas estabelecem as relações no aparelho do Estado. E arrastam as massas, iludindo-as com as eleições como o caminho para resolver os problemas.

Para os assalariados não virá nenhuma solução de seus problemas a partir das eleições. É a ação direta contra os opressores da classe que nos colocará no caminho da destruição do capitalismo e da opressão social.

O PCB com novo nome

O 10. Congresso Extraordinário do Partido Comunista Brasileiro (PCB) decidiu pelo fim do Partidão (como era identificado). Os estalinistas deliberaram pela construção de um partido policlassista (mais "heterogêneo"), humanista e libertário. As mudanças vieram materializar o que já estava acontecendo na prática, ou seja, a rejeição formal da identificação com princípios estalinistas, como diz Roberto Freire "não podemos mais defender as idéias estalinistas atrasadas".

Apesar do protesto de alguns delegados (que organizaram um congresso paralelo e que decidiram pela manutenção da ideologia do antigo PCB), o rompimento se deu no quadro da defesa das posições estalinistas contra os que defendiam o abandono das mesmas em favor de uma posição abertamente social-democrata. Segundo Horácio Macado (articulador da dissidência), a divisão se deu porque Roberto Freire pretendia a formação de um partido parecido com PSDB, PSB, o que tirava a identidade do antigo PCB. Portanto, o rompimento não foi em cima do papel vergonhoso do PCB a nível mundial, de apoio aos governos burgueses, de responsáveis pela restauração capitalista na URSS e no Leste Europeu, etc, mas entre aqueles que pretendem manter viva a imagem estalinista e aqueles que não querem mais nenhuma vinculação com o nome de comunistas, e se traduziu numa luta meramente aparelhista, pois nenhuma das duas alas divergia em relação aos pontos discutidos acima.

O Partido Comunista não abandonou agora os princípios marxistas-leninistas, pois nunca os defendeu. Os PCs europeus (já há algum tempo) se aproximaram da social-democracia, procuram varrer de seu passado toda identificação comunista (o símbolos como a foice, martelo, etc) e têm repudiado o marxismo. No Brasil se reproduziu o mesmo, ou seja, apolado na farta propaganda imperialista de que o comunismo está morto e na derrota da burocracia estalinista dos países do Leste e da Rússia, o Partidão se juntou com as posições da social-democracia. Não é por acaso que se identifica com o partido burguês de Mário Covas (PSDB). Também não é à toa que escolheu o nome de Partido Popular Socialista.

Os trabalhadores brasileiros não irão se assustar com as deliberações do PCB, pois não é de hoje que trai a classe operária. Esse partido sempre foi tributário do nacionalismo burguês, defensor da revolução democrática burguesa, portanto, não há nada de estranhar o fato de se colocarem abertamente ao lado dos defensores do capital e se juntarem com os partidos pró-imperialistas.

CONGRESSO DO PCdoB

O PCdoB realizou seu oitavo Congresso. Nele, formalmente ainda defende o Marxismo-Leninismo. Ronald Freitas, de sua executiva nacional, afirma que agora o PCdoB assumiu o comunismo sozinho, pois até o PCB já abandonou para a social-democracia. O Congresso também, pela primeira vez, criticou Stálin, mas quando no final de sua vida, "exagerando seu papel de dirigente máximo".

Há que desmascarar essa farsa. O PCdoB é hoje defensor dentro da CUT da política de conciliação de classes (unidade com partidos burgueses), no passado sustentou o pelego Joaquim nos metalúrgicos de São Paulo e na CGT. Apoiou candidatos patronais, como Antônio Ermírio em 86. Apoiou o golpe de agosto na URSS. Sua crítica a Stálin tem objetivos eleitorais e de adaptação às pressões da burguesia contra a ditadura proletária. Não criticam Stálin por ter sido o precursor da restauração capitalista, por ter assassinado toda a direção da revolução de outubro, por ter formulado a política do Socialismo num só país, que é a negação do marxismo e que levou ao isolamento da revolução russa e destruição da Internacional Comunista. Finalmente, não mudou sua política de frente popular para chegar a um governo de unidade nacional (burguês). Permanece nos pontos fundamentais fiel ao estalinismo, criatura das pressões da burguesia sobre o Estado Operário Isolado.

LIT-QI- Revisionista do Programa de Transição

Um dos pressupostos dos documentos centrais para o IV Congresso Internacional da LIT é o de que os acontecimentos do Leste Europeu e da ex-URSS exigem que se faça uma atualização do "Programa de Transição", já empreendida por Nahuel Moreno. Caberia assim aos dirigentes da LIT prosseguir a obra de atualização do programa da IV Internacional, uma vez que a desagregação das ditaduras estalinistas confirmaram as previsões de Moreno, principalmente quanto a duas etapas da revolução política, ou seja, a revolução democrática de fevereiro (refere-se à comparação com o Fevereiro de 1917 na Rússia), que seria espontânea e objetiva, inconscientemente, e posteriormente a revolução de outubro (refere-se à revolução proletária de Outubro na Rússia), que seria dirigida pelo partido revolucionário, consciente.

Através desta distinção, que por sinal deforma completamente o caráter e a relação da revolução de Fevereiro na Rússia, uma vez que a distingue por ser inconsciente (espontânea), Moreno chega à categoria do fevereiro socialista inconsciente que se transformará em revolução consciente como o Outubro. Diz: "Podemos dizer que este pós-guerra é a etapa da revolução socialista inconsciente ou de fevereiro generalizada a nível de todo o planeta" (Atualização Del Programa de Transición, pg.73)

A teoria da revolução socialista que começa inconsciente e se transforma em consciente com a direção do partido nada tem a ver com o marxismo, ou seja, com um dos seus aspectos fundamentais que é a teoria da revolução permanente. A colocação de uma etapa espontânea prévia à revolução dirigida pelo partido proletário não resiste sequer à análise que Trotsky faz da revolução democrática burguesa de fevereiro, na qual destaca o trabalho revolucionário prévio do bolchevismo.

Por essa via, se confunde e revisa uma das teses básicas da teoria da revolução permanente, que diz respeito

às tarefas democráticas da revolução proletária nos países semicoloniais. As transformações agrárias (liquidação do latifúndio no Brasil, por exemplo) e a independência nacional são tarefas históricas que a burguesia não mais pode resolver, por isso o caráter democrático da revolução é dado pelo conteúdo histórico das tarefas, que somente encontrarão solução mediante a revolução proletária, que significa a implantação da ditadura proletária.

É inconcebível para o marxismo a revolução democrática que não seja realizada pela conquista do poder pelo proletariado, que imediatamente se põe a destruir as relações burguesas de produção, transformando as tarefas da revolução democrática em socialistas. Com absoluta clareza, Trotsky formula assim a questão: "A ditadura do proletariado, que sobe ao poder na qualidade de direção da revolução democrática, se encontra inevitável e repentinamente, ao triunfar, ante objetivos relacionados com profundas transformações do direito da propriedade burguesa. A revolução democrática se transforma diretamente em socialista, convertendo-se com isso em permanente". Esta formulação comparece nitidamente no Programa de Transição.

Nos próprios termos da revolução permanente, o problema essencial da revolução democrática está em o proletariado dirigí-la através de seu partido, condição para se transformar diretamente em socialista. Se o proletariado não amadureceu significativamente para ser direção da maioria oprimida desde o início da revolução, a conclusão que Trotsky chega é que não poderá triunfar a revolução proletária, fracassando a solução das próprias tarefas democráticas. "Um país colonial ou semicolonial, cujo proletariado resulta insuficientemente preparado para agrupar em torno de si os camponeses e conquistar o poder, se acha por isso mesmo impossibilitado para levar até o fim a revolução democrática" (...XRevolução Permanente). Está claro que a revolução democrática nos países semicoloniais só poderá ocor-

rer de fato sob a ditadura do proletariado. De onde então Moreno tirou a conceituação de revolução de fevereiro socialista inconsciente? Só pode ser do velho etapismo menchevique.

Um outro ponto essencial do revisionismo da LIT está na defesa do Programa Mínimo para se construir a chamada Frente Unica Revolucionária (FUR). "A aplicação da FUR e a elaboração do programa mínimo revolucionário é uma tarefa que não se pode concretizar à margem da realidade de cada país e do grupo com o qual pretendemos fazer a FUR" (Projeto de Documento Mundial). A introdução do Programa de Transição começa justamente por rejeitar a divisão entre programa mínimo e máximo, realizada pela social-democracia. Porém, os morenistas em nome da construção de um "partido trotsquista com influência de massa" a ressuscitam. E por quê? Porque consideram que tal partido será o resultado de fusões com correntes centristas (trotsquizantes), cujo ponto de partida será o da construção da FUR sob um Programa Mínimo. A essência do programa mínimo está em que sonega a estratégia da revolução proletária. Como os centristas são avessos aos objetivos históricos do proletariado, nada melhor do que abolí-la como fator de construção do partido. Desta forma a FUR se transforma numa estratégia de formação do partido centrista, que é próprio do morenismo, e da estratégia democratizante do governo dos trabalhadores.

Esta concepção oportunista levou a LIT a embelezar de revolucionários caudilhos como Lula, Walesa, etc. A anulação da LIT frente à tarefa central de combater sem trégua a burocracia sindical e o reformismo é de tal monta que chegou a conceber a possibilidade de Walesa restaurar a ditadura proletária não burocrática e Lula abrir caminho para a revolução socialista no Brasil. As consequências práticas do revisionismo morenistas são drásticas, pois têm levado à desfiguração do trotsquismo e à decomposição de uma parcela da vanguarda militante.

VIII Sessão do Comitê de Enlace

Nos próximos dias 28 e 29 de fevereiro e 1o. de março se reunirá em La Paz na Bolívia o Comitê de Enlace para Reconstrução da IV Internacional, com a presença confirmada do POR boliviano, do Comitê Construtor do POR argentino e da T POR brasileira. Serão debatidos temas como: a situação política internacional e das seções nacionais; a desintegração da URSS e a falência do estalinismo; a situação revolucionária na Bolívia e a necessidade do POR se constituir na direção física das massas, entre outros.

Hoje, com a desintegração do aparato contra-revolucionário estalinista e o avanço da crise mundial do capitalismo, ganha ainda mais importância a tarefa de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

A 3a. Farsa de Causa Operária

Criticamos nos dois últimos números de Massas o vergonhoso balanço que Causa Operária (CO) faz do I Congresso do PT, isto em relação à definição do socialismo e da supressão do direito de tendência. A terceira farsa refere-se à resolução política. Diz o balanço de CO: "Também o debate sobre a orientação política, onde se colocava a conduta a ser adotada diante do falido governo Collor, foi marcada pela tentativa de impor a ambiguidade". Não, Causa Operária, não houve tentativa de impor ambiguidade. A direita petista foi clara na sua proposição de defender a estabilidade do governo constitucional de Collor.

Em nome da democracia, se colocou abertamente pela sustentação do governo antinacional e antipopular, a ponto de rechaçar a proposta do bloco de esquerda de antecipação das eleições presidenciais (Fora Collor). Logo após a realização do I Congresso, Lula declarou: "Ao invés de defender a destruição do presidente Collor, vamos apresentar uma política alternativa". Por sua vez, as esquerdas fizeram verdadeiro cavalo de batalha em torno da consigna Fora Collor através da antecipação das eleições ou mesmo do impeachment (MTM).

A Articulação e seus comparsas argumentaram a necessidade de fazer oposição democrática, ou seja, meramente parlamentar, em conluio com os partidos da oposição burguesa; e as esquerdas a necessidade de solucionar a crise do governo reacionário pela via democrático-constitucional. A direita e à esquerda, as forças em choque se limitaram, triunfou a estratégia democratizante. Além dessa polarização no quadro do Estado e da democracia burguesa, a Articulação assinalou cristalinamente a linha do Entendimento Nacional e da constituição dos Fóruns anti-recessão com setores do capital, governos estaduais e partidos patronais.

Ora, onde Causa Operária viu tentativa de impor ambiguidades? Isto só está na cabeça dos redatores, que guardaram grandes ilusões no PT e jogaram fundo no êxito eleitoral dos reformistas. O I Congresso, muito pelo contrário, foi mais fundo na linha de colaboração de classes.

É sintomática a caracterização de CO de que "a ausência de discussão sobre quaisquer dos reais problemas da

política do Partido neste I Congresso demonstram que o PT está esgotado como quadro de evolução das massas, como possibilidade de partido independente da burguesia e do regime político capitalista". Devemos perguntar, em que Encontro os problemas reais foram discutidos. Se tomamos suas resoluções, temos o desenvolvimento da política eleitoral democratizante. Em nenhum momento o PT se comportou como um partido classista voltado para impulsionar a luta de classes. São os centristas, como CS, OT, etc que procuram atribuir-lhe um papel que nunca teve.

Um outro aspecto que chama atenção é que CO considera o I Congresso como a prova do esgotamento do PT como partido independente da burguesia. Não, o PT desde sua origem, bem ao contrário do que afirmam os morenistas de CS, foi estrangulado como possibilidade de partido independente pela confluência dos sindicalistas e dos intelectuais pequeno-burgueses, que definiram prematuramente sua linha democrático-eleitoralista. E se esta definição demorou alguns anos para aparecer ao nível prático (aliança eleitoral com partidos da burguesia) e mesmo para clarear a estratégia de governo democrático e popular, apenas confirmou o domínio dos reformistas e dos burocratas sindicais.

Na verdade, há tempo o PT se esgotou como possibilidade de independência de classe, somente os oportunistas não vêem ou escondem o fato. E o mais significativo ainda é que o PT não apenas se esgotou "como possibilidade de partido independente da burguesia", mas sim se transformou em contra-revolucionário. Evoluiu em instrumento do Estado capitalista e da social-democracia internacional.

Dizer que a falta de discussão dos problemas reais no I Congresso comprova o esgotamento do PT é uma concessão, que obscurece o seu caráter contra-revolucionário. E isso ocorre porque CO foi incapaz sequer de se referir ao fato do I Congresso se colocar pela condenação da ditadura do proletariado. Logo observamos que as colocações superficiais e falsificações do Balanço de CO refletem o fato de partirem de sua expulsão do PT e não de uma caracterização programática do reacionarismo pequeno burguês social-democrata.

Prostituição de meninas

As crianças e adolescentes não escapam da profunda crise econômica, que vem sendo descarregada pelo governo sobre a maioria da população. A recente denúncia do crescimento da prostituição entre as meninas de rua em Recife é uma mostra dos efeitos desse regime de exploração.

Os dados revelam que quase a metade das meninas de 10 à 20 anos vivem da prostituição nas ruas das principais capitais do país. Só em Recife, a prostituição "sustenta" 45% de meninas de rua. Da mesma forma, apontam que a principal causa é a fome. São crianças que abandonam as famílias e buscam na prostituição sua sobrevivência.

Num país onde 8 milhões de trabalhadores foram desempregados nesses dois últimos anos, onde mais da metade (50,5%) dos 59 milhões de crianças e adolescentes vive em famílias com renda mensal familiar "per capita" de meio salário mínimo (só no Nordeste, 49,4% da população infanto-juvenil vivem na pobreza absoluta) e onde 21% da população entre 7 e 17 anos são analfabetas, a realidade não poderia ser diferente. A fome e a miséria estão arrastando nossas crianças para a prostituição.

Essa dura realidade tende a se agravar com a política de sucateamento dos serviços públicos (privatização da saúde, educação) e do aprofundamento da recessão. Mais e mais crianças estarão nas ruas, fora da escola, entregues à marginalidade, etc. A solução desses problemas não virá com a reformas no sistema capitalista. Ao contrário, virá com o desenvolvimento das forças produtivas de forma global e isso o capitalismo já não pode mais cumprir. Os petistas e os democratizantes em geral não se cansam de lamentar a miséria, a prostituição e a marginalidade, porém, estão empenhados em resolvê-los sem mexer no sistema econômico que as gera. Com essa política não solucionaremos os graves problemas que afligem a grande massa da população brasileira. O caminho, necessariamente, tem que ser da derrota do regime que suga a maioria oprimida, desde os velhos até as crianças. A organização do partido revolucionário em torno do programa de emancipação nacional e social é uma condição para isso.

Censo falsificado

O IBGE divulgou os resultados do censo/91 e admitiu que 2,5 milhões de pessoas ficaram fora da contagem. A população brasileira não atingiu 150 milhões, resultado: 7 milhões abaixo das previsões de crescimento.

O censo não contou a população que mora nas ruas. Há uma estimativa de mais de 350 mil pessoas que moram nas ruas das grandes capitais. Só em S.P há por volta de 65 mil, Salvador 180 mil e em Curitiba são 91 mil. A direção do IBGE justifica que não seria correto aplicar os mesmos questionários para quem mora na rua e aqueles que têm residência fixa. Na verdade, houve uma deliberação de não apresentar esses dados, pois seriam testemunhos da crescente miséria que assola o país, pois parte significativa desse contingente mora nas ruas há mais de três anos (já são residências fixas).

Para a população em geral isso nada modifica, pois todos os dias estão vendo os sem-teto debaixo dos viadutos, nas praças, nas esquinas, não unicamente como pedintes, mas morando verdadeiramente. Essa realidade não pode ser apagada da história do país, ao contrário é parte da realidade social de um país capitalista atrasado, que sofre duramente as consequências da recolonização imperialista.

Em defesa da resistencia nas ocupações

O avanço da crise capitalista, que tem aumentado dia a dia o número de desempregados e rebaixado cada vez mais os salários, faz crescer um verdadeiro exército de sem teto nas cidades. No campo, a situação não é diferente: a destruição da produção agrícola, o domínio do latifúndio, o endividamento do pequeno produtor, etc têm feito crescer a massa de sem terras. É próprio de um país atrasado e semicolonial como Brasil a contradição entre a cidade e campo e os grandes desequilíbrios regionais. Sob a base da intensa exploração capitalista e do atraso econômico se forma uma grande massa de desempregados, subempregados, e assalariados famintos, que recebem de menos de 1 a três salários mínimos nominais.

Diante dessa verdadeira barbárie, os trabalhadores se vêem diante de 3 situações:

1- São obrigados a abandonar suas terras de origem no campo e venderem sua força de trabalho a preço miserável na cidade.

2- Sem moradia, desempregados ou subempregados sofrem com os salários super-arrochados, os altíssimos alugueis e com os chamados "planos de moradia" oficiais, que com a justificativa de resolver a problemática da moradia popular resolvem, na verdade, é as suas finanças e enriquecem as construtoras e empresas de construção civil. A massa de inadimplentes frente a esses planos chega a 60%. Após pagarem vários anos de sua moradia, são obrigados a abandoná-las ou são despejados.

As saídas apresentadas pelos reformistas diante dessa situação são os mutirões de construção e as tais as-

sociações de construção comunitárias, que levam os trabalhadores a dar duro nos finais de semana por 2 ou até 3 anos e, após esse martírio todo, pagarem as prestações para a Caixa Econômica Federal por mais 20 ou 25 anos. Isso acaba levando aos abandonos de suas próprias construções ou aos despejos, além de condições de habitabilidade precárias e os riscos de desabamentos destes prédios, construídos em mutirão com a assessoria de técnicos mercenários e sem responsabilidade.

Chaga-se a alegar que a verticalização das moradias poderia solucionar o problema habitacional nos grandes centros urbanos, opondo-se às ocupações e defendendo a propriedade privada burguesa e legalidade. O que se pode constatar é que a verticalidade só tem sido alcançada pelos trabalhadores à beira do lumpesinato nos cemitérios, os que constroem os prédios cabam sendo obrigados a viverem fora deles.

3- As ocupações, na maioria dos casos, se dão de forma espontânea e desorganizadas, sem as mínimas condições de resistência à repressão privada do Estado. Para que estas ocupações adquiriram forma concreta de luta e que tenham as mínimas condições de enfrentar a repressão, ou mesmo de conseguir as mínimas condições de moradia, ou ainda, para enfrentar e derrotar os aproveitadores que adentram às ocupações, com o objetivo de vender terras e desmoralizar, o movimento perante a sociedade, faz-se necessário a organização interna.

Nesta organização, vários problemas se colocam, tais como:

1- Como formar uma direção capaz de representar as verdadeiras aspirações

do conjunto dos ocupantes. Neste ponto é preciso debater a fundo, pois o comum é se eleger uma comissão ou associação com a estrutura oficial burguesa (obedecendo às imposições da legalidade burguesa). Costuma-se eleger um presidente e um tesoureiro, etc. e esta comissão passa a dirigir a ocupação por cima dos ocupantes, separam-se dos mesmos e fazem de tudo em nome dos moradores. Em alguns casos chega-se ao absurdo de eleger uma comissão com mandato de 1 ou 2 anos.

O movimento é dinâmico e pode acontecer de tanto um membro quanto a comissão inteira se degenerar e acabar do lado oposto aos ocupantes, e se têm mandato os ocupantes têm que engolir os absurdos que a comissão pode cometer.

A defesa das ocupações em primeiro lugar passa por defender a luta do conjunto dos ocupantes, e é preciso haver uma direção que expresse de fato a democracia operária e a organização coletiva. Para garantir isso é que coloca-se a revogabilidade de mandato da comissão e de qualquer membro seu, submetido à assembléia geral. Nelas também é importante que exista uma divisão de tarefas na intervenção da comissão, para que não haja o monopólio deste ou daquele membro, para que todos aprendam a coordenar e participar das assembléias e para garantir a expressão dos ocupantes, que devem fazer suas propostas e críticas.

A organização eficaz da resistência depende do funcionamento da democracia operária nas assembléias e nas comissões.

Eleições na ETCD

No dia 23 de fevereiro acontecerão as eleições para o Conselho de Representantes, eleitos nos bairros e na empresa. A T.POR tem defendido a necessidade de estruturar uma fração classista, apoiada num programa com independência de classe e democracia operária.

Os candidatos da T.POR defenderam os seguintes pontos na campanha:

1. Que os transportes coletivos sejam prestados pelo poder público (estatizado)

2. Com controle por parte dos trabalhadores das empresas, controle este que se dá através de comissões de trabalhadores eleitos e controlados pelas assembléias gerais dos funcionários e da população.

3. Defesa da revogabilidade do mandato dos conselheiros, ou seja: que o momento em que os trabalhadores estiverem descontentes com a atuação do conselheiro, o mesmo será substituído pela assembléia geral a critério da mesma.

4. Defesa de uma tarifa social, pois os salários não acompanham os preços dos combustíveis, razão pela qual se torna insuportável os constantes aumentos de passagens.

5. Manutenção da tarifa integrada, e que a EMTU repasse o valor real dos passageiros transportados.

DEMISSÃO É SUSPENSA NA NOVO ESPAÇO

Diante da ameaça de demissão de um companheiro, os trabalhadores da Novo Espaço, em Diadema, se organizaram e conseguiram evitar a demissão. Mostraram que diante de uma ameaça patronal é preciso reagir com a unidade da classe. Nada de "demissões voluntárias". Nenhuma demissão!

Evitadas demissões em empreiteira da prefeitura petista

No último dia 27 de janeiro, uma construtora locava um serviço para a prefeitura de Diadema. Na obra trabalhavam 9 operários, que reclamavam das condições de trabalho e chamavam o encarregado a se juntar a eles, pois também era explorado. O encarregado resolveu mandar um trabalhador embora, mas os outros reagiram e ameaçaram deixar o encarregado trabalhar sozinho. Resultado: conseguiram evitar a demissão.

A construção civil é um setor que tem sofrido com a recessão, com dezenas de milhares demitidos. O sindicato não tem trabalhado para organizar a luta da classe. Cabe aos operários se organizarem nos locais de trabalho e exigir do sindicato que se coloque por organizar o movimento contra o desemprego.

Como agem os capitalistas frente a crise

Frente à política econômica recessiva do governo Collor, os patrões procuram ajustar seus negócios visando sempre a obtenção de mais lucros. Um exemplo é o da Perdigão.

Esse conglomerado de alimentos, o maior do país, passa por uma reestruturação. O grupo que era composto de 13 empresas será fundido em três: holding Perdigão, Perdigão Agroindustrial e Perdigão Alimentos. O objetivo da empresa é fabricar produtos mais rentáveis, isto é, produtos que são mais consumidos como a mortadela, linguiça, frango e sal-sicha. Para cumprir essa meta terá que vender imóveis, sair do mercado de plantação de maçã, desfazer a sua agência de publicidade Verde Vale, etc. A concentração em setores responsáveis pelo faturamento é uma das formas que os burgueses encontram para responder a situação de crise. Essa mudança da Perdigão visa resguardar a sua posição (junto com a Sadia) de liderança no mercado nacional.

A Perdigão se ajusta, também, na perspectiva de abocanhar parte do mercado que ainda se encontra nas mãos dos frigoríficos menores, que dificilmente terão condições de enfrentar essa brutal crise (é o que ocorre com o Cardeal, Pedroso, etc). Há um bom tempo que a Sadia e Perdigão vêm comprando as empresas do ramo que estão arruinadas. Foi assim que em 1989 a Perdigão comprou a Swift de Utinga.

A perda de 6% em relação ao faturamento milionário de 775 milhões de dólares no ano de 90, fez com que a empresa se modificasse rapidamente. O fechamento da unidade de Utinga (Santo André) é parte da política de concentração das unidades. A produção de Utinga foi transferida para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde há abatedouros próprios e mão de obra suficiente para o empreendimento.

Se, de um lado, os patrões da Perdigão se organizam para enfrentar a recessão sem perder nada e se possível lucrar mais; de outro lado, os operários são demitidos da noite para o dia. A demissão massiva de 600 operários com o fechamento da fábrica de Utinga e as inúmeras demissões que ocorrerão nessa fusão do grupo Perdigão são essenciais para os donos do capital. Para preservar os lucros, demitem.

Portanto, os ricos empresários aproveitam o seu poder econômico para realizar os negócios às custas dos pequenos produtores (que se quebram em momentos de crise) e dos operários, aumentando a superexploração ou demitindo.

Abaixo a invasão policial no Sindicato dos Frios I

O sindicato dos Frios foi invadido pela polícia pelo fato de estar denunciando as falcatruas do Frigorífico Perdigão. A invasão policial é a prova contundente da vigência da ditadura civil de Collor e seus comparsas (governos estaduais). A repressão é a arma da burguesia para conter o avanço da luta de classes. Não é por acaso que reprime as greves,

manifestações, ocupações e invade dos sindicatos.

A defesa do sindicato como organismo da classe contra a repressão e intervenção policial faz parte da luta contra a burguesia e seus governos. Cabe a denúncia em todas as fábricas e o chamamento a luta contra a repressão da polícia e dos patrões. Que a CUT assumira essa tarefa.

Romper o isolamento da ocupação do Pedroso

A ocupação do Frigorífico Pedroso pelos operários mostra a disposição de luta e resistência da classe. Porém, passaram-se 25 dias após a ocupação sem que a CUT e as direções sindicais, em geral, se colocassem prontamente em sua defesa. A unificação dos 600 demitidos do Pedroso com as demissões que estão ocorrendo em todas as fábricas é um passo necessário para garantir a vitória dos operários contra os patrões.

A negação da defesa dos métodos da ocupação e resistência feita pela maioria das direções desarma o movimento operário e deixa o movimento sindical na esteira do governo e dos patrões, responsáveis pela fome, desemprego e carestia.

O bloqueio que vem sendo feito pela direção da CUT, não generalizando o movimento, põe em risco a luta dos operários do Frigorífico Pedroso. Há que apoiar a luta dos operários em defesa do emprego e salário.

FORD: CONTRA AS DEMISSÕES "VOLUNTÁRIAS" PREPARAR A GREVE COM OCUPAÇÃO

A Autolatina, holding que administra a Volks e a Ford, iniciou em SBC um programa de demissões voluntárias.

O voluntariado vai até 3 de março, e prevê a demissão de 1035 funcionários das duas montadoras.

Segundo Domicio Santos Jr., gerente de negociações trabalhistas, o plano de demissões foi necessário para adequar a produção.

Os metalúrgicos da FORD, na assembleia do dia 07 de fevereiro, rejeitaram o programa da empresa. Mas não foi aprovada nenhuma

forma de resistência, o que implicará na efetivação do plano de demissões proposto pela empresa.

Os operários da FORD ao não resistirem às demissões estão sendo arrastados ao desemprego pela posição que está sendo defendida pelo PT, pela diretoria do sindicato de SBC, pelos patrões (Fórum "contra a recessão e o desemprego") a favor das " demissões voluntárias" .

A diferença entre a proposta da empresa e a da direção do sindicato, é que a empresa resolveu adotar o nome "demissão voluntária"

para facilitar o seu objetivo, pois o principal trabalho já foi feito pela diretoria do sindicato, que foi o de controlar a revolta dos operários, tornando-os pacíficos e passivos à espera da negociação de "uma possível redução" no número de demissões. No final das contas o resultado é sempre o mesmo, pois a lista de demissões se mantém, uma vez que os operários acabam sendo obrigados a aceitar as demissões, diante do esvaziamento e do isolamento do movimento, como aconteceu na Brastemp, na Cofap, etc.

Os operários não devem dar nenhuma trégua aos patrões. Além de rechaçar a tática das "demissões voluntárias", defendida pelos patrões e pela burocracia sindical é preciso retomar a luta grevista, ocupando as fábricas e preparando a resistência para caminhar no sentido de controlar da produção. É preciso exigir que o sindicato chame assembleia geral, para que os operários possam decidir pela não trégua aos patrões e possam organizar a resistência a essa ofensiva. Caso contrário, as demissões continuarão aumentando.

O sucateamento do setor textil

A grande crise capitalista, que é descarregada brutalmente sobre as economias atrasadas, atinge o setor textil brasileiro.

O atraso tecnológico da indústria textil em relação aos países imperialistas e a abertura do mercado às importações têm levado ao sucateamento cada vez maior das indústrias do ramo. Mesmo as empresas de peso como a São Paulo Alpargatas não escapam da crise. Os empresários para salvar os seus negócios, demitem massivamente, só contratam quando há grandes pedidos, reduzem o número de fábricas, diminuem as jornadas de trabalho, reduzindo os salários, etc.

Aos trabalhadores não sobra outro caminho senão organizar a resistência contra a ofensiva dos patrões. Nenhuma trégua deve ser dada aos donos do capital, pois estes já lucraram muito às custas do suor da nossa classe. Por isso, há de defender a sobrevivência. A organização da classe para a conquista do salário mínimo real, com escala móvel, a redução da jornada sem redução do salário, a estabilidade a todos os trabalhadores, é de fundamental importância para impedir que os patrões nos destruam fisicamente.

As lições da última assembléa

Em 9/2 os pelegos convocaram uma assembléa, utilizando os mesmos métodos, isto é, só avisando algumas fábricas da categoria. A assembléa não era para organizar a categoria contra as demissões e o fechamento das inúmeras fábricas, ao contrário, era para comunicar a ruptura da diretoria pelega.

Porém, os sindicalistas foram pegos de surpresa. Muitos operários estiveram na assembléa e abriram a discussão sobre as demissões. O resultado foi a aprovação da proposta de não redução do salário com diminuição da jornada de trabalho e a ocupação das fábricas para impedir as demissões.

Entretanto, para os pelegos isso é mera formalidade, pois na prática não irão implementar nada do que foi aprovado e sim continuar com o imobilismo.

Aos operários ficam as lições de que não basta unicamente aprovar as propostas mais combativas para a classe é necessário construir uma direção capaz de impulsionar as decisões. Nesse momento, torna-se urgente a formação dos comitês de luta dentro das fábricas para se contrapor à burocracia diretista do sindicato e os patrões, de forma a pôr em prática as decisões da assembléa.

Mais uma vez os pelegos se dividem

Na diretoria do sindicato configurou-se uma divisão. Fato que não é mais novidade para os trabalhadores têxteis, pois já vivenciaram a mesma coisa em 1987, isto é, uma disputa aparelhista onde venceu a ala dos pelegos mais "escolados". Esse racha da direção reproduz o mesmo problema anterior de disputa de um espaço maior dentro do sindicato. Portanto, não há que depositar nenhuma ilusão na luta aparelhista. Trata-se de fortalecer a oposição classista para varrer dos sindicatos os traidores da classe.

Fortalecer a Oposição Sindical

A oposição "Têxteis da CUT", vem defendendo nas portas das fábricas e nas assembléas a luta contra as demissões, o salário mínimo real, com escala móvel e nenhuma redução da jornada com redução do salário. Da mesma forma, vem apontando os métodos para a conquista das reivindicações, ou seja a greve, ocupações com resistência e a unidade da classe para enfrentar as demissões.

Para isso chama os trabalhadores a participar ativamente da oposição, opondo à luta aparelhista que se trava na diretoria do sindicato e rechaçando duramente a política de fome que vem impondo os patrões.

A Privatização do ensino básico

O Comitê de Educação composto por 240 empresários de diferentes setores do país, sob a coordenação do Ministério da Educação, apresentará a proposta de privatização do ensino básico.

O projeto dos empresários prevê a retenção pela empresa de 2,5% sobre a folha de pagamentos pagos ao governo federal a título de salário-educação, mais os gastos complementares lançados como despesas dedutíveis do imposto de renda, para atender as escolas de primeiro grau. A iniciativa de privatizar o ensino foi recebida de braços abertos pelos ministros da educação e da economia. Ora, foi para cumprir esse objetivo que Collor formou esse Comitê.

A proposta dos empresários vai mais longe e dita o currículo para essas escolas. Determina ênfase no ensino de matérias básicas e à capacitação profissional. O que não passa de grande demagogia, pois são eles mesmos que estão demitindo em massa, fechando as fábricas, portanto quebrando as forças produtivas. Para que o ensino tecnológico, capacitação profissional para a maioria da população?

O que traz o projeto dos empresários é a mesma coisa que propõe o FMI, isto é redução dos gastos do Estado com a educação e consequentemente a sua privatização. O que querem os donos do capital é reduzir ainda mais seus impostos, por isso pretendem utilizar a educação para ampliar a sonegação de impostos e aumentar seus lucros.

Trata-se de mais uma iniciativa para colocar fim ao ensino público e gratuito. Há que repudiar esse projeto e levantar a bandeira de escola única (um único sistema escolar desde o primário até o universitário) sustentado financeiramente pelo Estado e com total autonomia.

Telesp/Telebrás: Avança a privatização

Na esteira dos demais fundos de pensão, que participaram com peso nos leilões de privatização, como teste-de-ferro de empresas multinacionais (particularmente as japonesas), surge agora a Sistel. A caixa de seguridade dos empregados do Sistema Telebrás está sendo acusada de utilizar informação privilegiada para compra maciça de debêntures da Telebrás (títulos de investimentos adquiridos da empresa como forma de pagamento para fornecedores) passíveis de serem transformados em ações com direito a voto.

A Comissão de Valores Mobiliários-CVM afirma que, desta forma, a empresa já se encontra privatizada e está estudando modificações para a lei das Sociedades Anônimas (S/A) (empresas de capital aberto, seu capital é subscrito em ações comercializadas nas bolsas de valores), para "...garantir a segurança, principalmente do capital estrangeiro (...) que nos últimos 6 meses o capital externo concentrou-se nas ações mais promissoras, como as das estatais que, como a Telebrás, Eletrobrás e Vale, têm retorno garantido e chances reais de privatização" (Jornal da Tarde - 05/02). O que, na verdade, significa dizer que o que está em discussão não é a privatização, mas qual o grupo estrangeiro que deverá ficar com o patrimônio econômico nacional. A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) sai em defesa desesperada dos fundos de capitais liderados pelos bancos norte-americanos (Chase e Citybank) e para isso propõe mudanças na legislação que beneficiarão os corruptos (serão feitos acordos com os acusados se denunciarem outros manipuladores do mercado, podendo assim continuar atuando junto as bolsas, dessiminando, desta forma, uma verdadeira rede de Naji Nahas) e o capital estrangeiro.

Para os trabalhadores das estatais, como a Telesp e a Telebrás, coloca-se a defesa do estatismo contra a privatização, e o chamamento à unidade com o movimento operário para expulsar o imperialismo. Sem a mobilização da massa contra o governo entreguista, avançará a opressão nacional e com ela a opressão social.

Defender Cuba contra a ofensiva imperialista

A falência do estalinismo na ex-URSS tem tido consequências devastadoras para Cuba. Em dezembro, Cuba não recebeu nenhuma gota de petróleo da ex-URSS. Em 1989 tinha recebido 13,3 milhões de toneladas e em 1991, 9 milhões, tudo isso vendido pela metade do preço do mercado, e pagos com açúcar cotado a 3 vezes mais seu valor real. Os subsídios alcançavam cerca de 5 bilhões de dólares, fora a assistência militar. O excesso de petróleo era ainda vendido e rendia 500 milhões de dólares a mais que a indústria do turismo. O corte da ajuda soviética, fruto da crise econômica na ex-URSS e das pressões do imperialismo tem deixado a ilha praticamente sem nenhum combustível. A agricultura, que era em grande parte mecanizada, não pode mais utilizar-se de tratores, porque não há combustível e nem peças de reposição. A colheita de cana já está atrasada, e estima-se que a produção cairá de 10 a 30%. E o pior é que também cairão as vendas, com a retração da economia soviética. Antes, mais da metade do açúcar cubano ia para a ex-URSS (4,5 milhões de toneladas). Cuba concentrava 85% de seu comércio com a ex-URSS.

A comida também está sendo racionada. Para conseguir 80 gramas de pão são necessárias 3 horas de fila. Os cubanos passaram a consumir meio quilo de carne a cada 30 dias. A preferência será dada às famílias com crianças e doentes. Estão havendo cortes de luz nas cidades que ultrapassam as cotas de energia. As linhas de ônibus da capital Havana foram reduzidas de 161 para 113. Os semáforos estão sendo apagados porque não existe tráfego. Cada carro só pode usar 37 litros de gasolina por mês.

O isolamento da revolução cubana imposto pela política de Fidel Castro está levando o país a se afundar, criando condições para enfraquecer Cuba perante as pressões do imperialismo. Se hoje Cuba aparece como o último bastião da Revolução após a derrocada estalinista, é preciso lembrar que a política filo-estalinista de Fidel Castro de construir o socialismo num só país através de acordos e concessões ao imperialismo (convivência pacífica) concluirá levando Cuba para a desintegração e restauração capitalista, como fizeram seus anos estalinistas na ex-URSS. A defesa de Cuba passa necessariamente pela construção do partido revolucionário e pela revolução política.

O texto ao lado foi transcrito do livro Lição Cubana, de Guillermo Lora (Edições "Muela del Diablo", 1991)

Cuba na Atualidade

A seu modo, a experiência cubana confirma as colocações marxistas, ratifica a validade do marxismo-leninismo-trotsquista.

Novamente se comprova que não é possível o "socialismo num só país" e que só em escala internacional se pode constituir a sociedade sem classes. A política contra-revolucionária da burocracia estalinista não pode menos que servir aos interesses da burguesia internacional e o castrismo empurrado por suas necessidades materiais se somou a ela.

Temos observado o Movimento 26 de julho deslocando-se de uma postura inconfundivelmente burguesa democratizante para a esquerda marxista e depois do maoísmo para a política do Kremlin. Por um instante se colocou na posição correta de trabalhar pela revolução internacional e latino-americana como a única forma de defender e potenciar Cuba, mas o método que utilizou - o foquismo capaz de incendiar a um país continente - foi equivocado, pela razão fundamental de que foi idealizado e se desenvolveu às costas das massas. O foquismo idealizado e alimentado no meio pequeno burguês - é contrário à revolução proletária, o único caminho que pode permitir materializar a libertação nacional e social. Já está demonstrado que o foquismo conduz à derrota do movimento revolucionário e que não consegue alimentá-lo. Em certo instante quando o movimento acaudilhado por Che Guevara se encontrava em seu ponto culminante - o POR propôs aos castristas transformar o foquismo em um movimento de massas e transladar sua direção política das montanhas para os centros proletários. O tema não chegou a ser discutido.

O fracasso continental do foquismo concluiu isolando Cuba e obrigando-a a abandonar-se aos braços da burocracia estalinista contra-revolucionária. É então que se assentam as bases de sua atual situação dramática, pois corre o risco de ser destrocada pelas pressões e manobras do imperialismo norte americano - em cumplicidade com a equipe estalinista timonada por Gorbachov e Yeltsin.

A análise autocrítica da conduta do castrismo nos leva a conclusão de que este não assimilou devidamente o marxismo-leninismo, o que lhe empurrou a seguir uma linha empírico-opportunista. Não se explica de outra forma seus aplausos à política internacional do estalinismo, subordinada aos interesses da

burguesia e, por isso mesmo, obrigada a atuar como obstáculo no caminho para o socialismo. Cuba aparece como o último bastião do socialismo, da revolução. As massas horrorizadas ante o avanço da restauração capitalista na URSS e nos países do Leste europeu consideram o castrismo como a última referência revolucionária, como a força capaz de conter e derrotar o imperialismo. A política de Fidel não está à altura de tanta esperança, que pode acabar em uma dramática frustração.

Não se pode menos que estranhar a afirmação de Castro no sentido de que o socialismo persiste na URSS, onde já campeia a economia de mercado e a política de constituição de sociedades mistas com as transnacionais, orientação que também se pretende materializar em Cuba. Como explicar o abraço de Castro ao fascista Fraga? Somente por uma perda total da referência revolucionária e socialista.

Não pretende retomar a luta internacional contra o imperialismo, contra a burguesia, mas Havana procura fortalecer-se com o apoio e solidariedade dos governos burgueses da América Latina. Nada se faz para que a ajuda prowenha do movimento operário mundial.

Existe um fato capital - que não foi devidamente explicado - apesar do tempo transcorrido o proletariado não controla o aparato estatal e produtivo, continua dissolvido nas organizações populares, não é direção política. Parece-nos que este fato constitui um descomunal obstáculo para o avanço do processo de transformação em Cuba.

O castrismo vem apartando-se do materialismo dialético. Unicamente assim se pode explicar o ingresso no PC cubano de tendências religiosas praticantes. O idealismo concluirá arrastando o castrismo para posturas conservadoras e reacionárias. No IV congresso começou-se a adotar posições que são concessões à pressão contrarevolucionária do imperialismo.

Contudo, persistimos em nossa posição de defesa de Cuba frente à arremetida imperialista e gorbachovista e sustentamos que essa defesa obriga a pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Reiteramos que nosso trabalho a favor do avanço do processo revolucionário em nosso país constitui a melhor forma de contribuir para a defesa de Cuba.

Bush e Gorbachov esperam que a oposição interna, potenciada pela miséria crescente, acabará "democraticamente", usando o voto, com o castrismo.

CHINA: A BUROCRACIA TEMEROSA

A falência do estalinismo e a desagregação da ex-URSS levou o PC chinês a discutir uma linha de atuação que evite a desintegração da China no rastro da crise soviética. Um documento de circulação na direção traz a caracterização da situação e propostas de atuação.

Caracteriza a China como o principal alvo dos EUA e Europa após a destruição da ex-URSS. Avalia como estúpido um acordo com as forças de oposição no país, e que "a propaganda em torno da democracia, liberdade e sistema multipartidário, de renegados comunistas como Boris Yeltsin, engana o país".

As diretrizes do documento são as seguintes:

1) Marcar diferença nítida entre o que eles chamam de socialismo científico e a social-democracia ocidental.

2) Evitar acordos no sentido de implantação de sistema multipartidário

3) Garantir papel dirigente do Partido e do Exército

4) Manter uma clara distância do socialismo chinês com o capitalismo.

Os estalinistas chineses procuram uma tábua de salvação para o regime em crise. É bom lembrar que as reformas capitalistas começaram na China antes que na ex-URSS, e que caminham rapidamente para a restauração capitalista (hoje pouco mais de 54% da produção é controlada pelo Estado). Apesar de utilizarem diferentes discursos, o estalinismo na China e na ex-URSS caminham para o mesmo lugar: a restauração capitalista. Suas divergências residem muito mais na tática a ser adotada: como introduzir as reformas a partir do Estado? Como manter a unidade precária de uma burocracia em desintegração? Como manter principalmente os privilégios da burocracia através do controle estatal da economia?

A pressão imperialista e o avanço da crise econômica deflagaram uma aceleração no processo em curso na ex-URSS. Em passos com ritmos diferentes, a burocracia chinesa aponta na mesma direção. Os trabalhadores chineses dependem da construção do partido revolucionário para levar a luta pela derubada da burocracia usurpadora e restabelecimento do controle da economia pelas massas. A revolução política é a única forma de deter o avanço do capitalismo, que tem como instrumento a burocracia.

O ENCONTRO DE YELTSIN COM BUSH

No último dia 31 de janeiro, o presidente da Rússia Boris Yeltsin desembarcava em Washington, para uma reunião de cúpula com o presidente dos EUA, George Bush e outra com empresários e banqueiros americanos.

Yeltsin chegava de sua visita à Inglaterra, onde assinou um acordo de redução de armamentos nucleares e de Forças Armadas conjunto com a Inglaterra, em troca de uma promessa de empréstimos de 501 milhões de dólares para a Rússia e os outros países da CEI. A Inglaterra prefere agora "ajudar" os burocratas, com receio de que a situação na Rússia se torne incontornável e retroceda. O primeiro ministro John Major prometeu que seu país enviará uma missão técnica a Moscou para avaliar as necessidades imediatas. Em relação ao avanço das medidas de liberação da economia (pró capitalistas), Yeltsin afirmou: "A única coisa que pode impedir o nosso progresso será uma sublevação geral, que só ocorreria se nossas reformas fracassassem" (Diário Popular, 31.01.92).

Nos EUA, Yeltsin foi mais ousado que Bush (que propunha a redução dos armamentos nucleares ao nível de 20 anos atrás) e levou a proposta de limitar a 2500 ogivas nucleares de cada bloco, menos de um terço da situação atual, e a cooperação dos dois países para um sistema de defesa antiarmas conjunto. "Queremos ser aliados", disse Yeltsin ao chegar dos EUA.

De concreto, Yeltsin não conseguiu nada dos EUA. Bush prefere não arriscar dólares na CEI enquanto não houver um mínimo de estabilidade política na região. Sabe que Yeltsin não pode garantir nenhuma redução de armas nos países da Ucrânia, Cazaquistão e Bielorrússia, que têm poderoso arsenal nuclear e pretendem utilizá-lo em negociações com os países europeus e os EUA e como elemento de pressão sobre o novo centro de poder em Moscou. Yeltsin e seus comparsas pretendem arrancar empréstimos, necessários para desmontar as bombas nucleares, mas ninguém confia que o dinheiro chegue inteiro nos desmanches.

Na reunião com empresários e banqueiros, fechada à imprensa, Yeltsin também não conseguiu arrancar dólares, embora um banqueiro tenha afirmado que os participantes ficaram impressionados com o que o presidente russo vem fazendo em seu país, em matéria de liberação de mercado.

A burocracia, expressão das pressões da burguesia nacional e internacional, já nasceu como freio ao desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento inicial do Estado Soviético se deve à nacionalização dos meios de produção e ao monopólio do comércio exterior, entre outras conquistas da revolução de Outubro, e ao enorme potencial criado pela economia estatizada e planificada. A burocracia, ao arrancar a economia das mãos das massas, colocou-a sob a pressão redobrada da economia mundial.

Na década de 80 o processo chega a seu ponto mais alto, a economia do Estado Soviético é atingida em cheio pela crise mundial.

O estalinismo, sob pressão direta do imperialismo, se desagrega e acelera as medidas pró-imperialistas.

Hoje o stalinismo falido tem pela frente a consumação de uma trajetória que nasceu com Stalin, passou por Krushev, Brejnev, Gorbachov: o caminho da restauração capitalista, já prevista anteriormente por Lenin e Trotsky, em caso do isolamento da revolução, principalmente num país atrasado. Mas, para realizar seus anseios, os burocratas terão que enfrentar as massas sua própria desagregação. A contra-revolução não pode se consumir se não for de modo extremamente violento, em forma de guerra civil. O proletariado russo já deu mostras de que pretende lutar. Falta a direção política do partido marxista revolucionário. A resistência contra a miséria e a implantação da economia de mercado potencializará a vanguarda proletária, que terá de se colocar a tarefa de construção do partido da revolução política.

O problema do Estado na Rússia

Com a desintegração da ditadura estalinista e do PCUs na ex-URSS se colocou para as correntes que se reivindicam do trotsquismo a caracterização do Estado. Com a estalinização, Trotsky qualificou o Estado de operário degenerado e rebateu, no quadro de estruturação da IV Internacional, as caracterizações de nem estado operário, nem estado capitalista, e outras variantes do gênero. Frente ao processo restauracionista em marcha, a questão do Estado vem à tona trazendo um outro tipo de problema: Será que o Estado operário degenerado, rodeado por um cerco imperialista já deu lugar ao Estado capitalista pleno, em outras palavras, o Estado operário já retrocedeu a um Estado capitalista?

Os morenistas da LIT afirmam no seu projeto de Resolução para o IV Congresso que o Estado na ex-URSS é capitalista sem burguesia. Mas, contraditoriamente, continuam a defender a revolução política e não a social, baseando-se na análise de que não correspondem as relações de produção em grande parte ainda estatizada, às relações políticas do Estado.

O Partido Obrero da Argentina, em artigo traduzido por Causa Operária de 27/1, assinado por Jorge Altamira, coloca a questão nos seguintes termos: "A URSS deixou de existir e, por consequência, já não é um Estado operário. A propriedade estatal, eminentemente majoritária, só serve para o enriquecimento individual dos burocratas restauracionistas. Estamos diante de um Estado não-operário. Sem planificação, sem monopólio do comércio exterior, sem moeda, o Estado operário é uma abstração, inclusive o Estado simplesmente".

Chama-nos a atenção a ambiguidade e indefinição desta formulação, pois diz que o Estado não é operário, em seguida que é um Estado operário em completa dissolução, para finalmente qualificar de Estado não operário. Se se quer dizer que a dissolução do Estado operário chegou a tal grau que se transformou em Estado burguês, então que seja claro. Em nossa análise consideramos que a sua dissolução é extraordinária, mas não a ponto de ter se transformado em capitalista.

Esta ambiguidade também comparece nas conclusões quanto às tarefas históricas e políticas. Altamira coloca como subtítulo da matéria a "Revolução Política", porém, dá a entender que se trata da revolução social. Eis a colocação: "Assim vai se formando o capital com o qual a burocracia da ex-URSS pretende converter-se em exploradora capitalista! Mas isso, que já provocou o completo deslocamento social e econômico, deverá gerar, ainda, uma convulsão sem precedentes. Somente uma nova revolução proletária que exproprie todos os especuladores e novos capitalistas poderá reunir a reserva monetária para estabilizar a economia".

A revolução política tem por fundamento que ainda se mantém majoritariamente as relações de propriedade originadas da revolução proletária de Outubro. A sua tarefa é a de derrubar a ditadura da casta parasitária e restabelecer a ditadura proletária, sob a base da democracia soviética e da estratégia da revolução mundial, única forma capaz de retomar o desenvolvimento das forças produtivas estatizadas. Pelas colocações de Altamira, depreendemos que a revolução política já não tem vigência.

No parágrafo anterior, se diz que a burocracia pretende converter-se em exploradora capitalista! Em termos da realidade concreta isto é importante, pois pretender não é o mesmo que ser. Se a burocracia já tivesse dado lugar a uma classe capitalista, em que as relações de produção expressassem o sistema de exploração burguês, então, os termos das colocações e tarefas seriam outros, estaria colocada a revolução social. A observação de que já houve "um completo deslocamento social e econômico" não é suficiente para Altamira concluir que a burocracia reconstruiu a classe capitalista, mas apenas pretender.

É parte desta inconsistência a afirmação de que a propriedade estatal ainda predominante só sirva para o enriquecimento dos burocratas. Há que se considerar que o regime de propriedade estatal foi fruto da expropriação revolucionária da burguesia pelo proletariado, oposto ao estatismo capitalista,

em que os meios de produção permanecem nas mãos dos capitalistas. A dificuldade essencial que o imperialismo encontra está justamente em reverter o caráter da propriedade, que permitiria erigir um Estado acabadamente burguês, isto é, a estruturação da ditadura da classe capitalista sobre os assalariados do capital. Não é este o fundamento básico do Estado burguês?

Embora as medidas restauracionistas, como a quebra do monopólio do comércio exterior, criação do mercado de capitais, etc, tenham debilitado as bases das conquistas de Outubro, ainda não foram suficientes para a reconversão capitalista, que implica maior penetração do imperialismo e estruturação da incipiente burguesia advinda da rica pequena-burguesia e da burocracia parasitária.

A desagregação da União Soviética e a procura de se edificar estados nacionais capitalistas não se completou a ponto de se caracterizarem como tal. O grande problema da burocracia está justamente em como solucionar a desagregação do Estado operário degenerado, transformando-o em capitalista. A implantação de mecanismo da democracia burguesa é um passo significativo neste sentido, porém necessita se potenciar como instrumento de transformação pacífica das relações de propriedade. A burocracia procura se apoiar nos mecanismos formais da democracia burguesa para resolver sua divisão e levar adiante a implantação da economia de mercado. Tudo depende da continuidade do domínio da fração restauracionista sob a luta de classes e anulação da resistência do proletariado frente às medidas pró-capitalistas, o que cada vez se torna mais impossível. É inevitável que para restaurar o capitalismo a burocracia apoiada no imperialismo, terá de se lançar numa guerra civil contra as massas.

Consideramos mais correto afirmar que a desintegração da ditadura estalinista levou à desintegração em grande escala do Estado operário degenerado, uma vez que há íntima relação entre a casta burocrática e o Estado, porém ainda se trata de um processo que depende da derrota do proletariado e das transformações das relações de propriedade. A tarefa da revolução política se mantém e as massas dependem dela para breçar o processo restauracionista. Os revolucionários devem levantar a bandeira da defesa das bases da revolução de Outubro, derrubada da burocracia restauracionista, reconstrução do Estado operário e unidade revolucionária das nacionalidades, sob a forma da genuína democracia soviética (o que não está em contradição com a defesa da autodeterminação incondicional das nacionalidades) e restabelecimento da política internacionalista do leninismo.

Este é o ponto de partida para reverter a crise econômica e elevar as condições de vida das massas. Sem dúvida, há toda uma camada que acumulou riquezas voltadas a se transformar em capital. Esta conta com apoio do imperialismo. Coloca-se também como tarefa da revolução política a sua expropriação. A luta para que o proletariado e as massas oprimidas retomem o Estado e o controle direto da economia tem por base a bandeira de: "Por abaixo a burocracia pró-capitalista restauracionista! Em defesa da propriedade estatizada pela revolução de Outubro! e pela revolução social nos países capitalistas!"

Na atual situação, a caracterização de que ainda prevalece o Estado operário degenerado em desintegração e a propriedade estatal é fundamental para se reverter a restauração burguesa. Os elementos essenciais que temos dos acontecimentos sobre a evolução do processo restauracionista e a complexidade da caracterização do Estado na ex-URSS, nos levam a estas conclusões. E as caracterizações ambíguas de Altamira e contraditórias dos morenistas conduzem à anulação política frente ao restauracionismo, dado como acabado (revolução social) e ao oportunismo. Se respondemos a pergunta de Altamira "Aonde vai a ex-URSS?", direos a caminho da restauração. E se respondessemos "O Que fazer?", diríamos desenvolver a bandeira da revolução política, cuja essência está em restabelecer a ditadura proletária, e a construir partido trotsquista da IV Internacional, sem o qual a restauração fatalmente se imporá.